

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS,  
REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE -----

----- **ATA NÚMERO DEZOITO** -----  
----- (Mandato 2017-2021) -----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte reuniu, em sistema de videoconferência e de acordo com a Lei número 1-A/2020 de dezanove de março de 2020, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires, coadjuvada pelo Primeiro Secretário, Pedro Manuel Dias Louro, e pela Segunda Secretária, Ana Cristina Pocinho Coutinho Antunes, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto 1 – Período Antes da Ordem do Dia; -----

----- Ponto 2 – Leitura, discussão e votação da ata nº 17, da sessão anterior; -----

----- Ponto 3 – Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, no período de 15 de dezembro de 2020 a 15 de março de 2020, nos termos do disposto da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013; -----

----- Ponto 4 – Apreciação e discussão do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição, relativo ao exercício de 2019;-----

----- Ponto 5 – Análise, discussão e votação da Prestação de Contas de 2019;-----

----- Ponto 6 – Apreciação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais de 2019;-----

----- Ponto 7 – Análise, discussão, deliberação e/ou ratificação da 1ª Revisão Orçamental de 2020;-----

----- Ponto 8 – Análise, discussão e deliberação sobre a proposta de criação da Comissão de Representantes das forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia de Arroios (Lisboa);-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Jorge Manuel André Rodrigues, Ana Gabriela Naré de Moraes Freire, André Filipe Calvário Roma, Gustavo Miguel Pinto Caixinha Marques dos Santos, Carla Cristina Barreto Madeira Silva e Maria Luísa Valadas Carvalho. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Maria Lúcia Mittermayer Madureira de Almeida Saraiva Borges Leitão, José Manuel Cal Gonçalves e Maria Eugénia Saraiva Ferreira da Gama e Silva. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Ana Lúcia Ganço Filipe e Margarida Antónia Antunes Barata. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra. -----

----- **Do Partido “Pessoas-Animais-Natureza” (PAN)** – António Morgado Valente. -

----- **Independente** – Frederico Sapage Lemos Mira Pereira. -----

----- **Independente** – Vítor Carlos Teles Fernandes. -----

----- Faltaram à sessão os seguintes Membros: -----

----- Joana D’Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria Luísa Carvalho; -----

----- O Executivo da Junta esteve representado pela Senhora Presidente da Junta – Margarida Carmen Nazaré Martins, Secretário – Vítor Manuel da Cruz Carvalho, Tesoureiro – André de Jesus Gomes, Vogal – Maria Adélia Pinto Caixinha, Vogal –

Joaquim Maria Prada, Vogal – António José Serzedelo da Silva Marques, Vogal – José Eduardo Vera de Matos.-----

----- Às vinte horas e dez minutos, constatada a existência de *quorum*, **A Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Começou por dar os parabéns à Câmara Municipal de Lisboa que esteve à altura dos acontecimentos na pandemia, à Junta de Freguesia que desenvolveu todos os esforços para que as coisas corressem da melhor forma dentro da área da Freguesia e a todos os fregueses, munícipes, Membros da Assembleia, que de uma forma ou de outra estiveram a ajudar para que as coisas corressem da melhor maneira. -----

----- Tinha duas informações à Assembleia e a primeira foi enviada a todos os Membros, de que foi levantado por si um pedido de perda de mandato ao Membro da Assembleia independente Frederico Sapage. Esse processo de perda de mandato foi arquivado pelo Ministério Público porque as convocatórias não foram feitas de forma correta. -----

----- Informou que tinha recebido um e-mail do Diogo Moura, Presidente da Concelhia do CDS de Lisboa, dizendo o seguinte:-----

“----- *Os eleitos nas listas do CDS-PP Vitor Teles e Frederico Sapage procederam à sua desfiliação do partido e simultaneamente informaram Vossa Excelência da passagem a independente em momentos distintos. É prova suficiente de que não representam o CDS desde as datas em que procederam a essa notificação.*-----

----- *Reforço que os Membros não representam nem voltarão a representar o CDS, pelo que na sua atividade enquanto Membros da Assembleia de Freguesia de Arroios não poderão exercer qualquer função ou pertencer a alguma constituição de grupos ou comissões na qualidade de força política, como acontece à semelhança das outras forças políticas representadas nesse órgão.* -----

----- *Aproveito para informar Vossa Excelência que o CDS continua representado fora dos órgãos na Freguesia por um grupo vasto de lisboetas e cujo representante é o freguês de Arroios Rui Vilela, pelo que solicito que essa informação seja dada à Assembleia de Freguesia na próxima reunião do órgão.* ----- ”

----- **Ponto 1 – Período Antes da Ordem do Dia;** -----

----- **Membro Frederico Sapage Pereira (IND)** disse que o primeiro ponto abordado era uma iniciativa por parte da Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia para a sua perda de mandato sem qualquer tipo de justificação plausível.-----

----- As justificações que tinha apresentado para as suas ausências nas três Assembleias de Freguesia existiam, estavam nos serviços da Junta de Freguesia e por isso não entendia a iniciativa da Senhora Presidente junto do Ministério Público para a sua perda de mandato. -----

----- Isso iria ser analisado e tinha pena da presente Assembleia de Freguesia não ser presencial porque apresentaria uma moção de censura ao trabalho por parte da Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, porque agiu em nome pessoal e não enquanto Presidente da Assembleia de Freguesia. Se assim fosse tinha informado todos os eleitos de que iria proceder com tal conduta. -----

----- Felizmente que o Ministério Público deu razão e era incrível como não se falou com os serviços para apresentarem as justificações que apresentara, de que por motivos profissionais não podia ter estado presente. -----

----- Relativamente ao Presidente do CDS, era do conhecimento público que o Membro Vitor Teles primeiro desfilou-se, no seu caso tinha-se desfilado em janeiro por divergências relativamente à proposta de maio do ano anterior sobre as passadeiras arco-íris em Lisboa e também pelo rumo extremista que a atual direção do partido estava a tomar. -----



----- Decidira desvincular-se enquanto ser livre, enquanto judeu, para evitar o anti-semitismo que apresentava. Isso era público e até foi notícia do próprio Expresso. Pelos vistos era importante a sua desfiliação.. -----

----- As palavras do Diogo Moura não o surpreendiam e que ficasse em ata que não queria mesmo representar o CDS em momento algum mais na sua vida. Estava na Assembleia enquanto independente e iria cumprir o seu mandato para o qual foi eleito enquanto pessoa e não como membro de um partido. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que as justificações eram apresentadas à Mesa e não foi apresentada nenhuma justificação à Mesa. -----

----- **Membro Frederico Sapage Pereira (IND)** perguntou se a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia não contactava com os serviços da Junta de Freguesia, se não era essa a sua função, ou vice-versa. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que nenhum serviço da Junta de Freguesia apresentou qualquer justificação. -----

----- **Membro Frederico Sapage Pereira (IND)** disse que então o problema não era seu. Se lhe perguntassem antes de apresentar a queixa no Ministério Público saberiam que elas estavam justificadas. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia tinha agido de má fé juntamente com o seu marido, que era conhecido da praça. Isso tinha uma história anterior porque tentara fazer um golpe de estado à Margarida Martins e com o seu marido e correu mal. O marido da Senhora Presidente da Assembleia tinha-lhe feito uma proposta na altura e recusou. -----

----- Futuramente teriam oportunidade de falar sobre isso em Assembleia de Freguesia, em que apresentaria uma moção de censura sobre o trabalho que a Senhora Presidente da Assembleia tinha desempenhado de forma vergonhosa. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que era a opinião do Membro Frederico Sapage Pereira e felizmente iriam ter oportunidade de derimir isso e as inverdades que foram ditas. -----

----- Não iria qualificar a atuação porque, ao contrário do Membro Frederico Sapage Pereira, tinha respeito pela Assembleia. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que da intervenção do Membro Frederico Sapage Pereira não tinha entendido algo. Segundo lhe fora informado numa reunião, a razão de ter sido arquivado o processo era porque não tinha havido a convocatória correta para as Assembleias. No entanto, o Membro Frederico Sapage Pereira dizia que as justificações tinham sido feitas. -----

----- A informação que tinha era de não ter havido justificação, mas não percebia. Mais tarde haveriam de saber o concreto. -----

----- Disse que mais uma vez fazia a sua crítica pela disponibilidade da documentação com alguma antecedência. Infelizmente, pelo surto que estavam a atravessar, a Assembleia realizava-se nesse dia em vez de se ter realizado em abril. Houve algum tempo e alguma documentação poderia ter sido disponibilizada com antecedência, de forma a que pudesse ter sido lida e apreciada com muito mais antecedência. Não estava a dizer que tivesse sido em cima da hora, mas poderia ter sido com muito mais tempo. --

----- Também chamava a atenção para o que se estava a passar mais recentemente e que tinha a ver com a ciclovia da Avenida Almirante Reis. Segundo informações muito recentes estava a causar um verdadeiro caos na zona. -----

----- Na última reunião que tiveram de representantes tinham a florado esse assunto e disse que via com preocupação, nomeadamente o trânsito de ambulâncias e outros carros prioritários. Tinham-lhe dito que viram um carro de bombeiros a passar pela ciclovia. -----

----- Era uma coisa que alertavam por diversas vezes, que não bastava fazer obras com um intuito muito ambiental. Se calhar era preciso estudar-se melhor os assuntos. As ciclovias estavam na moda, apareciam em todo o lado como cogumelos e nem sempre com utilidade. Pelo contrário, causando distúrbios às pessoas. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que começava por suscitar uma questão relativamente à intervenção do Membro Frederico Sapage Pereira, dando nota de que compreendia o incómodo que referiu mas havia algum desfoque em relação ao funcionamento da Freguesia. -----

----- Sabia que muitas vezes confundia-se uma Freguesia com uma Junta de Freguesia, mas não era. De acordo com a Constituição da República Portuguesa a autarquia era a Freguesia, sendo que a Junta de Freguesia era um órgão e a Assembleia de Freguesia era outro órgão. Portanto, as justificações de faltas no âmbito do órgão Assembleia de Freguesia deviam ser dirigidas e entregues nos serviços referentes à Assembleia de Freguesia. -----

----- A ter sido entregue a justificação em tempo e não tendo chegado à Assembleia de Freguesia, significava uma falha do funcionamento dos serviços de apoio à Assembleia de Freguesia e isso ia reforçar aquilo que se ia dizendo, que se sentiam lacunas nos serviços de apoio. Por isso houve recentemente uma reunião com o Executivo no sentido de tentar ultrapassar essa dificuldade e esperando que de futuro essa situação estivesse resolvida definitivamente de forma a não confundir o funcionamento dos dois órgãos. -----

----- Era público que já teve desinteligências com a direção dos trabalhos por parte da Senhora Presidente. Como se recordariam, a Senhora Presidente até já lhe tinha retirado uma vez a palavra, mas era efetivamente quem dirigia os trabalhos nesse órgão e portanto era-lhe devido o respetivo respeito, pelo menos institucional e também pessoal. Nas intervenções tinham que se guiar pelo respeito institucional por quem compunha o órgão e por quem dirigia o órgão. -----

----- A intervenção da Senhora Presidente ao dirigir ao Ministério Público uma comunicação, fazia-o nos termos da Lei. Não tinha que indicar previamente a ninguém. Se lessem a Lei com atenção, dizia expressamente que uma vez verificado o registo de faltas estava obrigada a comunicar ao Ministério Público essas faltas, sem ter que previamente comunicar a ninguém. Faria depois na primeira Assembleia, como acabara de fazer. -----

----- Era lamentável se existiam justificações que não chegaram ao local próprio e era verdade que tinham sentido algumas dificuldades no funcionamento dos serviços de apoio ao órgão Assembleia de Freguesia. Esperava que nessa matéria elas viessem a ser ultrapassadas. -----

----- Queria subscrever a intervenção da Membro Fernanda Lacerda porque era um dos problemas que preocupavam, a colocação da ciclovia na forma como foi feita e no momento em que foi feita. -----

----- Era a favor das ciclovias na cidade, julgando que era tempo de criar condições para as ciclovias funcionarem, mas a sua implantação devia ser feita em diálogo permanente com as populações que viviam nas zonas onde eram colocadas, com os comerciantes, com as forças eleitas e representadas na Assembleia de Freguesia, com o próprio Executivo, que diria se nessa matéria foi ouvido e consultado. -----

----- Havia um conjunto de intervenções no território da Freguesia que pareciam estarem um pouco descabidas e desfocadas. -----

----- No circuito que ia desde o Martim Moniz até à Praça do Chile tinham três quarteirões em que subsistia ainda a linha do elétrico e, portanto, cada uma das paragens do elétrico faria parar o trânsito que se fazia no sentido ascendente da avenida. O

mesmo se passava em relação aos autocarros, que não tinham espaço para parar e recolher os passageiros. Cada vez que parasse um autocarro haveria paragem de circulação do trânsito. -----

----- Verificava-se que a ciclovia tinha uma dimensão inferior àquela que possibilitava por exemplo a circulação de viaturas dos bombeiros. Algumas ambulâncias passavam mas as de maior dimensão não passavam, nem os carros dos bombeiros. Aliás, circulava e certamente já teriam visto vários filmes do que se passou nos últimos dias, que no sentido ascendente a ciclovia era invadida por veículos de emergência.-----

----- Se já havia algum risco e perigosidade na circulação dos ciclistas na Avenida Almirante Reis, porque conjugavam-se com a circulação do restante trânsito e regra geral na faixa da linha do eléctrico que era mais escorregadia e perigosa, tinham agora uma situação em que um ciclista que ia a subir podia de repente ser abalroado se não se apercebesse de qualquer veículo de emergência a circular a alta velocidade por essa ciclovia. O mesmo no sentido inverso, a descer podia-se confrontar de frente com uma viatura de emergência.-----

----- Era preciso também não esquecer que no circuito onde foi implantada a ciclovia existiam em funcionamento pelo menos três superfícies de super ou mini mercado que tinham de ser abastecidos. O que se verificava era que esses camiões ou estacionavam do outro lado e havia uma dificuldade enorme para fazer o atravessamento das mercadorias, ou estacionavam um pouco mais longe e utilizavam a ciclovia para ir com os carrinhos das mercadorias. -----

----- Havia uma situação que foi criada com alguma precipitação. Devia ter sido ouvida a população, os comerciantes, os residentes, o que aparentemente não aconteceu. A Assembleia de Freguesia também devia ter sido ouvida sobre essa matéria.-----

----- O PSD era a favor das ciclovias e que elas fossem implementadas nalgumas zonas da cidade, mas com conta, peso e medida e não com essa situação que estavam a verificar. -----

----- Uma nota sobre uma matéria que poderiam depois analisar mais à frente, mas estranhava-se que no período de confinamento não tivesse havido contactos com a Assembleia de Freguesia por parte do Executivo. O Executivo tinha uma função primordial, teve um trabalho importantíssimo e saudava o trabalho realizado mas não podia deixar de dizer aquilo que pensava sobre a forma como decorreu o relacionamento entre os dois órgãos. -----

----- Num período de emergência os órgãos não estavam suspensos e devia ter havido uma comunicação mais efetiva do Executivo com a Assembleia de Freguesia e com os seus Membros, criando mecanismos que como podiam verificar eram tão simples para poderem todos contactar mesmo em regime de confinamento. Portanto, uma reunião do Executivo com os Membros da Assembleia de Freguesia, ou pelo menos com os representantes dos vários partidos, teria sido um gesto interessante de participação dos órgãos eleitos e dos Membros eleitos.-----

----- **Membro Vítor Teles Fernandes (IND)** começou por agradecer a todos os funcionários que estavam a permitir a realização da Assembleia de Freguesia em circunstâncias especiais e em particular o sistema de informação da Junta, que tinha permitido prestar o apoio a todos os Membros.-----

----- No início da Assembleia de Freguesia a Senhora Presidente tivera o cuidado de explicar que teve uma ação considerada impropriedade por parte do Ministério Público. Paraphrasing o Membro José Cal Gonçalves, teria sido um gesto interessante informar previamente os restantes Membros da Assembleia de Freguesia relativamente às suas intenções de participar ao Ministério Público, ou de uma ação judicial junto do Tribunal Administrativo e Fiscal, que era o tribunal competente. -----

----- Agradecia a lição de direito do Membro José Cal Gonçalves mas discordava da opinião dele. Qualquer Membro podia participar ao Tribunal Administrativo e Fiscal da situação das faltas e pedir uma ação para esse efeito.-----

----- Presumia que atuação tivesse tido por base as faltas dos Membros da Assembleia de Freguesia e não deixava de ser curioso que a Senhora Presidente tivesse e-mails seus desde dia 9 de outubro de 2019 a pedir quase encarecidamente que facultasse uma listagem das faltas de todos os Membros da Assembleia de Freguesia. A resposta da Senhora Presidente foi que o mapa que lhe enviaram tinha incorreções. -----

----- Perguntou se só tinha questões quanto ao Membro Frederico Sapage Pereira, porque quanto aos outros Membros faltosos, nomeadamente o Membro José Cal Gonçalves, não tinha ainda essa informação e gostaria de a ter também.-----

----- Não deixava também de ser curioso ir o Membro José Cal Gonçalves em defesa da Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia, com todo o respeito, sabia a sua opinião de a achar manifestamente incompetente para o cargo que exercia. A acrescer a essa incompetência, que era a sua opinião tão só, configurava-se como a principal chefe de uma oposição ao Executivo e que, pelas palavras do Membro José Cal Gonçalves, presumia que fosse coadjuvada e bem por ele. -----

----- Esse tipo de atuação não deixava de ser curioso porque também registava os outros Membros da Assembleia de Freguesia não se revoltarem contra o facto de não ter havido informação prévia sobre a instauração de um processo de perda de mandato. Era com alguma estranheza que na presente Assembleia surgia uma carta do Presidente da Concelhia do CDS Diogo Moura relativamente à confiança política ou não dos Membros que faziam parte da lista do CDS e que se desfilaram. -----

----- Não deixava de ser curioso que essa carta aparecesse na presente reunião e também não deixava de ser curioso que a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, num gesto interessante de participação, não tivesse enviado cópia dessa mesma carta, até para verificar em que data ela foi emitida e que chegou aos serviços, ou quando foi pedido pelo órgão para que houvesse a justificação.-----

----- O que parecia estar subjacente era uma questão muito simples, se calhar era a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia desvalorizar a presença dos dois Membros independentes. Da sua parte não iria permitir.-----

----- Deixava o seu profundo repúdio pela atuação da Senhora Presidente e de outros Membros da Assembleia de Freguesia, com exceção do BE, que acreditava não tivesse tido conhecimento da questão, mas foi convocada uma reunião à revelia sua e do Membro Frederico Sapage Pereira para tratar de assuntos que diziam tão só respeito às relações entre a Assembleia e os Membros da Assembleia. Tinha imposto a sua presença nessa reunião, conseguindo manter o seu lugar lá. Ficou com a esperança de que o bom relacionamento democrático entre todos os Membros desse a conhecer quando ia ser realizada essa reunião e, não tendo sido comunicado, pelo menos que lhe dissessem qual o resultado dessa reunião. Também registava esse silêncio. -----

----- Quanto a si, enquanto Membro independente da Assembleia de Freguesia, essa oposição da Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia aos Membros independentes devia ter a ver no seu caso com a manifesta simpatia pelo trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia e pela Presidente Margarida Martins. -----

----- Não deixava de defender os seus princípios, democraticamente tinha o seu lugar na Assembleia de Freguesia que faria respeitar, à semelhança de todos os Membros. -----

----- Gostaria de endereçar os seus parabéns à Junta de Freguesia pelo trabalho desenvolvido durante a pandemia, em março, abril e maio. De facto foi um esforço notável e todos os Membros estariam de acordo, que foi um trabalho exaustivo não só

da Senhora Presidente, a quem endereçava os seus votos de parabéns pelo trabalho muito social desenvolvido, mas também a todos os funcionários que estiveram presentes e disponíveis nessa circunstância extraordinariamente grave para todos.-----

----- **Membro António Valente (PAN)** disse que gostaria de deixar algumas notas no seguimento de intervenções sobre a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia.--

----- Era nos momentos difíceis que se revelava a verdadeira natureza do ser humano. Acreditava que todos, independentemente das orientações políticas, estavam disponíveis para contribuir com ideias e soluções para minimizar o impacto da pandemia. Infelizmente as últimas notícias em Lisboa não eram animadoras, mas tinha a certeza que estariam unidos nessa luta.-----

-----Era precisamente em momentos difíceis que gostaria de enaltecer o trabalho desenvolvido pela Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, Doutora Anabela Valente. Nos últimos três anos era inegável o profissionalismo que demonstrava. Em todas as ocasiões que a contactara tinha obtido sempre uma resposta rápida e cordial, demonstrando sempre imparcialidade e agindo sempre de forma adequada. Do seu ponto de vista o trabalho da Senhora Presidente era muito positivo e deixava os seus sinceros parabéns. -----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** disse que as eleitas do PCP demonstravam o seu profundo agradecimento a todos os profissionais de saúde e trabalhadores que de alguma forma combateram pela sobrevivência de todos, sinalizando mais uma vez a importância de um Sistema Nacional de Saúde forte e valorizado por medidas concretas por parte do Governo. -----

----- Estendiam esse agradecimento a todos os que tornaram igualmente possível a manutenção da vida do País, desde os trabalhadores de serviços, de supermercados, muitas vezes explorados, aos trabalhadores dos transportes, da restauração, que se reinventaram em fabrico de comida para fora e que estavam a passar um muito mau momento. Muitos outros e também os funcionários da Junta, de uma ponta à outra. Desde os responsáveis que não abandonaram quem tanto precisou e continuava a precisar de ajuda ao pessoal da higiene urbana, de quem tanto dependia a higiene e consequentemente a saúde. Não esquecendo as forças de segurança e corporações de bombeiros.-----

----- A introdução do medo, a incerteza, a depressão e a fome eram utilizados como arma para virar homens contra homens, irmãos contra irmãos, onde a ignorância era usada para discriminar. -----

----- Tinham que continuar a ser uma Freguesia de inclusão e de solidariedade mas, contudo, sem distrair do foco que o verdadeiro inimigo era o capitalismo desenfreado que explorava, reduzia os homens a coisa e matava com o simples pretexto da diferença.

----- Apresentou os seguintes documentos:-----

----- **Voto de Louvor**-----

“----- *Aos Trabalhadores da Junta de Freguesia de Arroios* -----

----- *Nos momentos exigentes pelos quais passámos e ainda passamos foram os trabalhadores que mantiveram os serviços a funcionar, que garantiram os direitos da população a serviços públicos de qualidade. São eles que devem ser reconhecidos e acima de tudo valorizados, não apenas em palavras mas em decisões e ações concretas.*

----- *Foram os trabalhadores de diversas áreas, das operacionais às administrativas, que garantiram desde o início da pandemia que a população não deixasse de ter acesso a importantes serviços públicos.* -----

----- *Assim, a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida a 25 de junho de 2020, delibera:* -----

----- Louvar os trabalhadores da Junta de Freguesia de Arroios que diariamente com o seu trabalho contribuem para que a nossa Freguesia continue a preservar as condições de manutenção da vida coletiva tal como todos conhecemos e que no atual momento se revestem de importância acrescida. -----

----- As eleitas do Partido Comunista Português na Assembleia de Freguesia de Arroios Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra. -- ”

----- **Requerimento** -----

“----- Exma. Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Arroios. -----

----- As eleitas do Partido Comunista tomaram conhecimento da desocupação coerciva levada a cabo na Freguesia de Arroios, na SEARA, Centro de Apoio Mútuo de Santa Bárbara. -----

----- A ocupação deste espaço por um grupo de voluntários pra alojar pessoas carenciadas e sem-abrigo era do conhecimento da Câmara Municipal de Lisboa e da PSP, a quem foi comunicado. Porém, não existiu qualquer resposta por parte destas entidades. -----

----- Estranhamente, esta informação foi tornada publica pelo próprio Vereador Manuel Grilo, que tem a responsabilidade do pelouro dos direitos sociais. -----

----- O despejo deste conjunto de pessoas que vivem num prédio abandonado mostra uma vez mais que não estão de todo garantidas as respostas necessárias para salvaguardar o direito à habitação e os direitos sociais em Lisboa. -----

----- Este episódio leva-nos ainda a questionar a forma como a Câmara Municipal de Lisboa tem respondido e articulado a sua intervenção nesta área, em particular perante a situação de emergência que vivemos. -----

----- As eleitas do Partido Comunista consideram que este problema deve ser resolvido no plano social, exigindo uma resposta urgente a mais um problema de habitação para pessoas particularmente vulneráveis da cidade e a intervenção célere das entidades com responsabilidades nesta matéria. -----

----- Do conhecimento que temos neste momento, estas pessoas não têm qualquer alternativa de alojamento. -----

----- Porque é um problema que urge resposta, as eleitas na Assembleia de Freguesia em 25 de junho de 2020 vêm requerer a Vossa Excelência que informe sobre o seguinte:

----- A Câmara Municipal, designadamente o pelouro dos direitos sociais, tal como a Junta de Freguesia de Arroios, tinham conhecimento desta situação? Se sim, que medidas tomou para dar resposta a estas pessoas em condição de especial vulnerabilidade? -----

----- Tendo em conta o ocorrido, que medidas imediatas vão ser tomadas pela Câmara Municipal de Lisboa e Junta de Freguesia para albergar estas pessoas e garantindo que não ficam na rua. -----

----- Lisboa, 25 de junho de 2020 -----

----- As eleitas do Partido Comunista Português na Assembleia de Freguesia de Arroios Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra. -- ”

----- **Membro Ana Filipe (BE)** disse que enquanto eleita do BE queria saudar o trabalho feito pela Junta de Freguesia de Arroios, pelo Executivo da Junta e em especial pelos trabalhadores da Junta de Freguesia, que estiveram muito empenhados em que fosse salvaguardada a segurança de todos os fregueses. Era um trabalho árduo e difícil e queria deixar essa saudação a todos. -----

----- Solicitou à Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia que desse uma informação um pouco mais extensa à Assembleia sobre a reunião com o Executivo da Junta de Freguesia. Foram detetadas várias questões no funcionamento e articulação entre os dois órgãos. -----

----- Estavam numa lógica construtiva, todas as forças políticas a tentar derimir e parecia-lhe que iriam chegar a bom porto. Uma das soluções encontradas era uma sugestão conjunta das várias forças políticas e do Executivo, a criação de e-mails oficiais para os eleitos das forças políticas da Assembleia de Freguesia, o que podia ajudar a solucionar algumas questões. -----

----- Foram abordadas as questões das convocatórias que pensava já estarem sanadas. Agradecia aos serviços da Junta de Freguesia que ajudaram a resolver essa questão. -----

----- Saudou o facto de na Freguesia estarem em curso vários projetos, como as ciclovias. Haveria coisas para resolver ainda, nomeadamente na Almirante Reis, mas na verdade era um avanço no sentido de uma cidade mais verde e mais sustentável a Freguesia ter uma rede de ciclovia robusta. Isso era um sinal de avanço para a Freguesia e de qualidade de vida para todos, que iria permitir aos fregueses usarem a bicicleta como meio de transporte. -----

----- Deviam tentar apoiar essa iniciativa, salvaguardando as questões como os carros de emergência poderem passar, que estariam a ser analisadas pelos peritos na matéria. A informação que lhe foi dada era que as questões dos carros de emergência estariam a ser contempladas e que estava previsto mesmo ser feita a circulação dos carros rápidos de menor dimensão pela ciclovia, que isso teria sido acordado com o serviços de emergência. -----

----- Não sabia se no futuro iria ser um problema ou não mas, ainda assim, terem uma rede de ciclovias na Freguesia era uma coisa de saudar. -----

----- **Membro Maria Lúcia Borges Leitão (PSD)** disse que queria corroborar o que foi dito pela Membro Fernanda Lacerda e o seu grupo político sobre o voto de louvor que deviam fazer a todos os profissionais não só de saúde mas de profissões essenciais na Freguesia, no País e sobretudo em Lisboa, que deram o seu melhor nessa fase de contingência, de calamidade, depois de emergência e voltaram à calamidade. Continuariam a precisar deles. -----

----- Era estranho aquilo que aconteceu na Avenida Almirante Reis exatamente no momento em que a emergência existia, nascer uma ciclovia para bicicletas, pelos problemas que a Membro Fernanda Lacerda e o Membro José Cal Gonçalves levantaram e muito bem. Ambulâncias e bombeiros, estavam num estado de emergência e esses eram os veículos que poderiam ter mais necessidade de circular. Numa via dessas não parecia adequado. -----

----- Dava o voto de louvor a todos os trabalhadores da Junta de Freguesia, só que o PSD lamentava o facto do Executivo ter falhado na comunicação e no envolvimento para criar sinergias com todos os Membros da Assembleia de Freguesia no que respeitava ao plano de contingência. -----

----- Apresentaram o plano de contingência muito cedo, foi muito bom, mas face às alterações que foram surgindo durante o estado de emergência teve que ser adaptado e alterado e estiveram no silêncio e no desconhecimento do que estava a ser feito a cada momento para alterar esse plano de contingência. -----

----- Continuava a achar que a Assembleia de Freguesia era um órgão que poderia ter contribuído de forma positiva para ajudar a pelo menos evitar o medo na Freguesia, mas os membros da Assembleia de Freguesia não tinham conhecimento das medidas que foram tomadas junto dos hosteis onde havia problemas, junto dos edificios que não eram hosteis nem coisa nenhuma e onde estava a haver problemas, tudo com pessoas especialmente vulneráveis. Pessoas que circulavam na via pública sem qualquer proteção. -----

----- Podia estar errada mas tinha a impressão que no plano de contingência não estava previsto a informação a essas pessoas e dotá-las de meios de proteção pessoal nessa fase

de emergência. Era extraordinário ver que essas pessoas continuavam na rua sem desinfetante, sem no mínimo sabão azul para poderem higienizar as mãos e sem máscaras. Queria saber se isso foi feito perante essa população vulnerável, porque era uma medida indispensável. -----

----- Tal como o prolongamento do horário das casas-de-banho, que em fase de emergência era maior a necessidade ainda. As pessoas precisavam de lavar as mãos, constantemente se ouvia isso e depois não havia casas-de-banho para lavar as mãos e não havia sabonetes individuais para lavar as mãos. Nem que fosse dar sabão azul em fatias às pessoas até como forma de sensibilização. -----

----- Não acreditava que Arroios tivesse o problema resolvido. O plano de contingência continuava em vigor e tinha que se adaptar às circunstâncias. -----

----- Felicitava a Assembleia de Freguesia e a Senhora Presidente pelo facto de ter conseguido cativar a todos para estarem assim reunidos. Era desagradável dizer junto dos vizinhos que não sabiam o que se estava a passar. -----

----- Ao contrário dos louvores todos que fizeram ao Executivo, parecia-lhe que falharam nessa parte da comunicação e no envolvimento dos parceiros. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** esclareceu que na reunião de representantes das várias forças políticas com o Executivo discutiu-se a questão do relacionamento institucional entre a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia. -----

----- Todos tinham consciência que as coisas não estavam a correr bem, não havia respostas a várias perguntas, não havia disponibilização de meios quando eles eram pedidos, não havia o apoio que a Assembleia necessitava e a Mesa para funcionar de forma correta e o elemento de ligação entre o Executivo e a Assembleia não era o indicado. -----

----- Foi alterado o apoio à Assembleia, destacada uma pessoa para dar apoio especificamente à Assembleia de Freguesia e à Mesa. Foi disponibilizado apoio jurídico para as situações em que a Assembleia precisava de esclarecer os procedimentos e a melhor forma de atuar. Foi disponibilizada uma sala dentro da sede para os Membros da Assembleia poderem reunir e e-mails institucionais para os grupos políticos. -----

----- Iniciou-se uma nova fase nesse tipo de relações. Como tinham notado várias vezes, havia muitas falhas na relação e esperava que a partir desse momento fossem supridas. -

----- Em relação ao processo de perda de mandato, ninguém na Mesa precisava de quadros porque sabiam quem faltava às sessões. Foram dadas três faltas seguidas e isso foi detetado imediatamente. -----

----- O Membro José Cal Gonçalves sempre justificou as faltas e fez de maneira correta, justificando perante a Mesa. -----

----- Passava a palavra ao Pedro Louro, que era jurista. Foi um processo feito pela Mesa e ele explicaria melhor os procedimentos e a forma correta. -----

----- **O Primeiro Secretário da Assembleia, Pedro Louro**, explicou que foi constatado de forma sequencial em três atas onde não houve comunicação à Mesa das faltas pelo Membro em causa. As faltas estavam nas atas e a Mesa face às atas, com três faltas consecutivas, tomou a posição que a Lei obrigava e comunicou ao Ministério Público. --

----- Como jurista tinha dado o seu modesto contributo na análise da legislação adequada para fazer a comunicação e foi enviado nos termos legais, comunicado ao Ministério Público. -----

----- A Lei não obrigava a comunicar previamente à Assembleia. A obrigação da Lei era muito clara e objetiva, era comunicar ao Ministério Público para que intentasse a ação de perda de mandato. Foi isso que a Mesa fez, cumprindo rigorosamente a Lei e sem qualquer dúvida quanto ao procedimento, que foi correto, legal e aceite pelo Ministério Público. -----



----- Depois o Ministério Público verificou que certos requisitos não foram cumpridos, mas não era pela Mesa, foi pela questão concreta das convocatórias que não foram enviadas a tempo e horas. Não foi por qualquer falta formal ou material por parte da Mesa e queria que isso ficasse bem claro. A Senhora Presidente estava a transmitir exatamente o que se passou e no seu caso tinha dado o modesto contributo, enquanto Membro da Mesa e com qualificação jurídica, para que corresse tudo nos termos legais.

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que todos tinham o direito de fazer as críticas que entendessem, mas elas deviam ser com o respeito que toda a Assembleia merecia e muito a Senhora Presidente da Assembleia, que representava todos os restantes Membros. -----

----- A Senhora Presidente esteve no exercício das suas competências e como tal exerceu como lhe competia. Não era correto e eram lamentáveis comentários e insinuações feitas, insultuosas e até maliciosas que em nada abonavam a Assembleia. ---

----- Gostassem ou não, a verdade era que o órgão principal era a Assembleia de Freguesia, quem o representava era a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia que para isso foi eleita e não era correta a forma como dirigiam certas palavras à Senhora Presidente. Críticas sim mas falta de respeito não. -----

----- **Membro Maria Eugénia Silva (PSD)** disse que havia várias pessoas de idade com quem falava e que se dirigiam a si achando muito bem que a Freguesia desse máscaras às pessoas, mas lamentavam que tivessem dado a pessoas que passeavam pelas ruas e não eram da Freguesia e as pessoas de idade não tinham direito, ou se quisessem tinham que se dirigir a um posto. -----

----- Muitas das pessoas andavam devagar, eram velhinhas e gostariam mais que tivessem sido postas nas caixas do correio. -----

----- Houve ruas que foram fechadas e algumas pessoas diziam que para sair da sua rua tinham que dar a volta quase à Freguesia toda. Os passeios largos eram bons por um lado, mas as pessoas de idade a conduzir tinham dificuldade de dar as curvas. Alguém da Junta dizia que as pessoas deviam andar a pé, que fazia muito bem, mas as pessoas de idade continuavam a gostar do seu carro. -----

----- Se as pessoas vendessem o carro podiam ir passar férias, era verdade, mas havia pessoas habituadas a ter o seu carro à porta e a poderem-se deslocar para onde queriam e lhes apetecia. Não era por se fazerem passeios grandes que tinham de vender o carro para ir de férias. Era uma resposta um pouco ofensiva mas não dava grande importância.

----- Em relação aos passeios grandes para as pessoas passearem mais na Freguesia, por um lado era bom e por outro era mau. Comerciantes na zona só se fossem pessoas de outra cidadania, porque não havia comércio para as pessoas comprarem roupa, havia “monhés” e nem chineses havia. -----

----- Tinha havido várias pessoas estrangeiras com Covid 19 e as outras pessoas por vezes tinham medo de se dirigir a essas lojas por poderem ser infetadas, principalmente as pessoas mais idosas que ainda moravam na Freguesia. -----

----- **Membro Jorge Rodrigues (PS)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Voto de Louvor**-----

“----- Os eleitos do Partido Socialista apresentam à Assembleia de Freguesia de Arroios, para sua aprovação, um voto de louvor pelo trabalho árduo em prol da comunidade, no apoio dado à população da Freguesia durante a pandemia Covid 19. --

----- Louvamos desta forma o Executivo da Junta de Freguesia de Arroios, todos os trabalhadores da Junta de Freguesia de Arroios e os muitos programas da divisão de ação social para dar assistência às necessidades que se impuseram nos últimos três meses, nomeadamente os programas “Não Saias de Casa”, alojamento excecional para

*doentes Covid 19, largo das residências, entrega de géneros alimentares, acompanhamento psicológico e telefónico. -----*

*----- Bem como aos trabalhadores da higiene urbana e à atuação da proteção civil de Arroios nas diversas campanhas de sensibilização para uso de máscara efetuadas no território da Freguesia. -----*

*----- Assembleia de Freguesia de Arroios em 25 de junho de 2020 -----*

*----- Os eleitos do Partido Socialista----- ”*

*----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** perguntou se a moção acabada de apresentar estava ou não aberta à subscrição por parte de outros partidos. -----*

*----- **Membro Jorge Rodrigues (PS)** respondeu que sim. -----*

*----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que o PSD gostaria de subscrever essa moção conjuntamente com todos os outros Membros que assim o entendessem, uma vez que transpunha a sensibilidade das populações que os elegeram no esforço desempenhado por todas as entidades e também pelo Executivo, que começara por saudar logo no início. -----*

*----- O mesmo em relação à parte decisória da moção apresentada pelo PCP. Se estivesse aberta à subscrição a parte deliberativa, o PSD também estaria disponível para subscrever essa parte deliberativa. -----*

*----- Não queria entrar em grandes polémicas na matéria que aparentemente o opunha às intervenções do Membro Vitor Teles Fernandes, por quem tinha o devido respeito institucional mas também o respeito pessoal. -----*

*----- Queria evitar polémicas jurídicas em torno das questões de funcionamento da Assembleia e se por vezes fazia algumas referências elas tinham a ver com o facto de ter o atrevimento de pensar que, exercendo funções como autarca em mais de trinta anos, teria aquilo a que se chamava o saber da experiência feito e não só aquilo que resultava da leitura da Lei. -----*

*----- Tinha ouvido com atenção as palavras do Membro Vitor Teles Fernandes e de repente viera-lhe à ideia que dizer que era apoiante da Senhora Presidente, ou que fazia claque com quem lhe tinha tirado a palavra na Assembleia e que tinha respeitado sem sequer recorrer da decisão, retirando da sala em manifestação de desagrado, dizer que isso era fazer claque de oposição, enfim. Saudava o que o Executivo fazia bem mas não se inibia de criticar num sentido construtivo da situação. -----*

*----- A questão suscitada, pelo que tinham visto desde o início do mandato, se calhar não tinha que fazer tanta defesa porque já a fazia o Membro Vitor Teles Fernandes. -----*

*----- Quando entendia que as coisas não estavam a ser corretamente ditas em relação à Mesa, num sentido de justiça, também fazia essa intervenção. -----*

*----- Isso apenas para dizer que nos termos da alínea h) do artigo 14 da Lei 75/2013 constava o seguinte:-----*

*----- “São competências do Presidente da Assembleia de Freguesia comunicar ao Ministério Público as faltas injustificadas dos membros da assembleia de freguesia e da junta de freguesia, quando em número relevante para efeitos legais;” -----*

*----- Não tinha que comunicar a ninguém, a não ser ao Ministério Público. O único momento em que tinha que comunicar à Assembleia era o que estava disposto na alínea d) do número 1 do artigo 13: -----*

*----- “Comunicar à Assembleia de Freguesia as decisões judiciais relativas à perda de mandato em que incorra qualquer dos seus Membros”. -----*

*----- A Senhora Presidente tinha começado a Assembleia por comunicar aquilo que tinha sido a decisão tomada sobre o respetivo processo. Portanto, saudava o funcionamento da Mesa nessa matéria. -----*



----- Quando fazia intervenções era no sentido de repor o sentido da justiça e não de apoiar, fazer claque ou oposição ao que quer que fosse. -----

----- Conhecia a Presidente do Executivo, Margarida Martins, por quem tinha estima e consideração pessoais, muito antes de ser Membro do Executivo da Junta de Freguesia de Arroios. Intervenções como as que foram feitas pelo Membro Vitor Teles Fernandes percebiam-se na componente de diatribe político-partidária mas se calhar num momento de Covid não seria o melhor caminho. -----

----- Finalmente dizer que iria verificar isso, mas não tinha dado nenhuma falta em que não tivesse pedido simultaneamente a sua substituição, justificando a razão do pedido da substituição. Com isso estava justificada não só a sua ausência e quem o iria substituir na reunião, como constava das respetivas atas. -----

----- Se houvesse mais algum esclarecimento sobre essa matéria estaria sempre disponível para o poder dar. -----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** disse que se tinha esquecido de uma espécie de aditamento ou anexo relativamente à questão da SEARA, porque não era uma situação muito bonita. Era o reportar de consequências que as pessoas que se manifestaram contra o encerramento sentiram na pele, um trecho que lhe tinha chegado:-----

----- *“Os acontecimentos subsequentes também são do conhecimento geral, as pessoas foram despejadas, o edifício foi entaipado, perdeu-se a SEARA e os equipamentos que ofereciam a um grande número de pessoas sem-abrigo a possibilidade de tomarem banho, lavarem a sua roupa e fazerem refeições dignas à mesa em vez de no chão. -----*

----- *Naturalmente, esta postura por parte do Vereador surtiu uma onda de crítica e revolta que se estendeu às redes sociais, terreno de discussão escolhido pelo próprio em detrimento do poder que efetivamente detinha para lidar com a situação. -----*

----- *Na sequência desta atitude multiplicaram-se as vozes e as publicações, tanto no sentido de criticar como de defender a postura do Vereador, o que seria previsível. Contudo, uma publicação sobressai, a qual não pode deixar de merecer o mais veemente repúdio. -----*

----- *Fábio Salgado, assessor do grupo municipal do Bloco de Esquerda, fez na rede social facebook um post público em que enumera vozes críticas da ação do Vereador, com hiperligações para as páginas pessoais de cada uma, em jeito de lista de inimigo do povo, imagem que dispensa explicação. -----*

----- *Esta atitude é sintomática de um comportamento persecutório que não se coaduna com a função do referido assessor, nem muito menos com a essência do que deve ser um pelouro que carrega a designação dos direitos sociais.” -----*

----- Parecia-lhe que “inimigo do povo” era muito soft. Isso era quase pidesco, nos tempos que corriam era muito perigoso. -----

----- Outra questão, sabia que as taxas aos comerciantes que passavam um mau bocado foram aliviadas e pedia a continuação desse alívio fiscal. Sabia que era a Câmara, mas se a Junta pudesse fazer chegar até à Câmara, à semelhança do que aconteceu na questão das obras do metro, em que se conseguiu o alívio da taxa de ocupação da via pública. Até 30 de junho foram isentos e pedia-se que continuassem a ser. -----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (IND)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa e para defesa da honra, pediu à Senhora Presidente da Assembleia que esclarecesse sobre as medidas que foram tomadas em resultado das reuniões que existiram com o Executivo para melhorar as relações com os Membros da Assembleia de Freguesia, a disponibilização da sala e do e-mail, se pensavam estar contemplados os Membros independentes da Assembleia de Freguesia ou se porventura essas diligências foram só tomadas para as forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia.-----

----- Relativamente ao pedido de informação, não negava à Assembleia nem à Senhora Presidente os poderes que ela própria saberia quais eram. Apenas como Membro da Assembleia de Freguesia pedia que lhe fosse facultada informação sobre as faltas dos restantes Membros. -----

----- Enquanto tivessem o atual Regimento era-lhe dado o direito, se pretendesse assim fazer, de interpor ação junto do Tribunal Administrativo e Fiscal relativamente a eventuais perdas de mandato por faltas às Assembleias. O que tinha vindo a reivindicar era por não lhe ser dada essa informação e gostaria que a Senhora Presidente, de uma vez por todas, acabasse com esse diferendo que não levava a lado nenhum, mas continuaria a lutar por ele. -----

----- Gostava de registar a perfeita sintonia entre a Mesa da Assembleia e os restantes Membros do PSD e do PCP. Ficava bastante contente e desejava as melhores felicidades no futuro. O próximo ano seria duro e já se perspetivavam alguns posicionamentos. -----

----- Respondendo ao Membro José Cal Gonçalves disse que, ao contrário do que podia pensar, não tinha nenhuma ambição política. A sua ambição era continuar a ser advogado, como era há trinta anos. Pagava 45% dos seus rendimentos em sede de IRS e, portanto não tinha nenhuma dependência do orçamento, fosse regional, fosse municipal. Não tinha nenhuma dependência do poder político, nem almejava obter qualquer benefício nesse sentido. -----

----- Finalmente, respondendo à Membro Fernanda Lacerda com o devido respeito, continuaria a emitir as opiniões que entendesse e não recebia lições de boa educação. Não tinha sido incorreto, apesar de manifestar o que entendia e continuaria a manifestar as opiniões desde que não fossem ofensivas, que não eram. -----

----- O facto de considerar a Senhora Presidente da Assembleia incompetente para exercer o cargo e ser sua intenção continuar a dizer, estava a ser respeitoso. -----

----- Da Membro Fernanda Lacerda, com o devido respeito, não recebia lições de seriedade nem de boa educação. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que o voto de louvor estava aberto a qualquer outra força política que o quisesse subscrever. -----

----- **Membro Ana Filipe (BE)** disse que as eleitas do BE gostariam de subscrever ambos os votos de louvor apresentados, tanto pelo PCP como pelo PS. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** começou por agradecer as palavras do Membro Vitor Teles Fernandes e querendo dar-lhe uma pequena nota sobre o entendimento que tinha em relação à questão de poder em termos regimentais intentar qualquer ação relativamente às faltas. Se a Lei 169 permitia essa situação e estava no Regimento, entendia que essa disposição regimental não se sobrepunha à Lei 75/2013, que a revogou justamente com o conteúdo dos artigos 13º e 14º da 75/2013, respetivamente a alínea h) do artigo 14º e simultaneamente também a alínea d) do número 1 do artigo 13º. -----

----- Era só deixar essa nota, com o objetivo de ajudar a entender. -----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (IND)** agradeceu as palavras do Membro José Cal Gonçalves, Presidente da comissão. Tinham perdido a oportunidade de fazer um Regimento contando com o seu apoio, passaram três anos e tinham um Regimento que na maioria dos casos já nem tinha legislação de suporte. Foi uma belíssima oportunidade perdida, ficaram encarregues de apresentar um Regimento e passaram três anos por culpa do Membro José Cal Gonçalves, mas agradecia o esclarecimento. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que agradecia uma vez mais as palavras do Membro Vitor Teles Fernandes e a

amabilidade com que as disse e dava-lhe uma visão totalmente diferente da que acabara de expor. -----

----- O que ganharam em três anos de experiência do funcionamento da Assembleia permitiria na reta final elaborar o Regimento com a experimentação desse período. No início do mandato não tinham a mesma experiência e certamente não tinham detetado as deficiências do Regimento. -----

----- Estava certo que conseguiriam elaborar o Regimento ainda antes do final do mandato e que deixariam aos vindouros. -----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (IND)** disse que não sabia qual a posição dos restantes Membros da Assembleia de Freguesia relativamente aos Membros independentes. Parecia-lhe que era uma tendência criarem-se grupos com forças representativas das forças partidárias. Não sabia se poderiam contar com os independentes na elaboração do Regimento mas se estivessem disponíveis para o seu contributo, estaria disponível. -----

----- **António Morgado (PAN)** disse que muitas vezes era importante não só atribuir a incompetência à pessoa mas sinalizar o que estava a acontecer. -----

----- O fornecimento das faltas dos Membros da Assembleia, não era Presidente que ia contar as faltas, tinha que haver um apoio do Executivo que não foi fornecido. Embora a Senhora Presidente tivesse conhecimento das faltas, mas não tinha os mapas com as faltas. -----

----- Quando o Membro Vitor Teles Fernandes estava a dizer que a Senhora Presidente da Assembleia era incompetente por não dar essa informação estava a dizer que incompetente era o Executivo porque não atribuiu o apoio ao órgão que era indispensável. -----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** disse que não estavam ali com parceria nenhuma. O PCP não dava lições a quem não as queria e não estavam ali para isso, mas se calhar era ver quem levava realmente temas concretos que preocupavam os fregueses da Freguesia. Era para isso que ali estavam. -----

----- Desde o início havia um ping-pong de insultos e deviam lembrar-se do que estavam ali a fazer. Não havia parceria nenhuma, a parceria que faziam era com os fregueses. Defendiam quem devia ser defendido. -----

----- Os egos deviam ficar lá fora, deviam respeitar as pessoas da Assembleia e a população que habitava na Freguesia. -----

----- Tinha ouvido uma designação muito feia. Viviam numa Freguesia multicultural, de várias crenças, várias etnias. Tinham que ter cuidado. -----

----- **O Vogal do Executivo José Vera de Matos**, começou por saudar todos os participantes nessa Assembleia de Freguesia de um modo ligeiramente diferente e agradeceu a todos os funcionários e técnicos da Junta de Freguesia que permitiram toda a enorme operação logística, à qual não estavam habituados. A todos eles o Executivo devia endereçar um louvor. -----

----- Sobre a reunião da semana anterior com as forças partidárias da Assembleia e o Executivo, dizer que os e-mails para cada força partidária demoravam algum tempo mais porque era um domínio específico e não o da Junta de Freguesia, mas já tinham o orçamento para a aquisição desse domínio e já se diligenciou essa atribuição. -----

----- Informou que o e-mail da Assembleia de Freguesia seria totalmente gerido pela Senhora Presidente. Era um e-mail institucional para os fregueses ou qualquer pessoa que se quisesse dirigir à Mesa da Assembleia. Isso sem desprimor do e-mail para cada partido. -----

----- Haveria um novo e-mail destinado aos técnicos e aos assistentes técnicos que fariam o apoio exclusivo à Assembleia de Freguesia e que se chamaria

secretariadodaafa@jfarroios.pt. Um e-mail para uso exclusivo no apoio ao órgão Assembleia de Freguesia. -----

----- Em relação ao plano de contingência, ele previa vários momentos. Havia um momento em que era inclusivamente dito como ativar o plano, depois havia o momento da prevenção e monitorização da própria situação pandémica e havia um terceiro momento que constituía maior gravidade e que era o da mobilização da resposta. Nesse caso uma resposta interna que só era ativada se algum funcionário da Junta de Freguesia ou alguém do Executivo, etc., tivesse algum sintoma ou lhe fosse diagnosticado positivo para Covid 19. Felizmente que até ao momento não foi preciso ativar essa fase do plano porque não houve nenhum funcionário positivo com Covid 19. -----

----- Tinha havido sempre um acompanhamento das orientações da Direção Geral de Saúde que, como o próprio plano previa, era feito numa base quase diária. Tinham informação nova praticamente a acontecer todas as semanas, senão mesmo todos os dias, com a divulgação das medidas preventivas que foram também divulgadas e atualizadas por parte dos colegas da proteção civil e não só para os funcionários da Junta. -----

----- O plano era só um mas tinha várias fases, tendo em conta a situação de saúde pública que se vivia no País e as diretrizes que tinham de seguir e atualizar. O plano não era estático e ele próprio era uma base que previa essas alterações serem introduzidas e aplicadas com a maior brevidade possível. -----

----- Disse que a campanha realizada na rua foi apenas de um dia, de manhã e de tarde, de sensibilização e onde se distribuiu essencialmente folhetos informativos sobre a forma de usar máscara. Juntou-se o útil ao agradável e distribuíram-se algumas máscaras no território da Freguesia. A campanha decorreu essencialmente na Avenida Almirante Reis e também junto ao Mercado de Arroios. -----

----- Para as pessoas que estavam em situação de fraca mobilidade, ou até de incapacidade a nível físico, havia o atendimento telefónico e as pessoas podiam requerer que as máscaras lhes fossem facultadas no seu domicílio, da mesma forma que também se deram várias máscaras ao domicílio às pessoas que eram acompanhadas com bens alimentares, assim como se faziam compras no supermercado ao abrigo do programa “Não saia de casa”. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Louvor “Aos trabalhadores da Junta de Freguesia”**, apresentado pelo PCP e subscrito por PSD, BE e PAN, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 17 votos a favor (PS, PSD, BE, PCP, PAN e Ind. Francisco Sapage Pereira) e 1 abstenção (Ind. Vitor Teles Fernandes) -----

----- Submeteu à votação o **Voto de Louvor “Ao trabalho realizado pela Junta de Freguesia de Arroios no âmbito do Covid 19”**, apresentado pelo PS e subscrito por PSD, BE e PAN, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 17 votos a favor (PS, 2PSD, BE, PCP, PAN, Ind. Francisco Sapage Pereira e Ind. Vitor Teles Fernandes) e 1 abstenção (PSD – Maria Lúcia Borges Leitão). -----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (IND)** informou que apresentaria posteriormente uma declaração de voto por escrito. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Só para referir a posição do PSD em relação ao voto de louvor apresentado pelo PCP, nós subscrevemos a parte deliberativa e votámos favoravelmente a parte deliberativa.”* -----

----- **Ponto 2 – Leitura, discussão e votação da ata nº 17, da sessão anterior;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que havia algumas pequenas correções, gralhas, que seriam entregues à funcionária para corrigir. -----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 17**, com as correções assinalada, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- **Ponto 3 – Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, no período de 15 de dezembro de 2019 a 15 de março de 2020, nos termos do disposto da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013;** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que falava a todos pela primeira vez no ano, devido à situação que acometeu o País e o mundo a uma vida para todos desconhecida. De repente viram-se obrigados a lidar com um vírus de consequências desconhecidas, sem tratamento eficaz, mas que exigiu sobretudo da administração pública uma resposta vinte e quatro sobre vinte e quatro, atenta, de emergência sanitária e social. -----

----- Não iria somente submeter-se aos dados do relatório, foram solicitados alguns dados à Junta de Freguesia e eram essas as informações que esperavam da Junta.

----- Como podiam imaginar, nada tinha sido fácil, mas a sua palavra era antes de mais para os trabalhadores. A esmagadora maioria dos trabalhadores da Junta de Freguesia de Arroios, que permaneceram cem por cento durante todo o período do estado de emergência, bem como após a situação de calamidade. -----

----- Aproveitava para responder às questões do PSD, independentemente de as enviar por escrito, para informar a situação dos trabalhadores nesse período: -----

----- Divisão administrativa e financeira, secção de relação com o cidadão – dois técnicos superiores, um em regime de escala rotativa de quinze em quinze dias, um com horário reduzido; -----

----- Posto dos CTT – seis assistentes técnicos em regime de escala rotativa de quinze em quinze dias de 23/3 a 17/4; quatro prestadores de serviços, dois em regime de teletrabalho de 23/3 a 17/4 e dois com horário reduzido; -----

----- Secção de recursos humanos – dois técnicos superiores em regime de teletrabalho de 23/3 a 17/4; dois assistentes técnicos em regime de teletrabalho de 23/3 a 17/4; -----

----- Secção de finanças e património – dois técnicos superiores em regime de teletrabalho de 23/3 a 17/4; dois assistentes operacionais em permanência na Junta no apoio à divisão de apoio social; dois prestadores de serviços, um em regime de teletrabalho de 23/3 a 17/4 e um em permanência na Junta no apoio à ação social; -----

----- Secção de sistemas de informação – um assistente técnico em permanência na Junta; -----

----- Divisão de ambiente urbano – secção de higiene urbana – dois técnicos superiores em permanência na Junta; um assistente técnico em regime de teletrabalho de 23/3 a 17/4; cinco encarregados operacionais em permanência na Junta; quarenta e três assistentes operacionais em permanência na Junta; trinta e cinco prestadores de serviços em permanência na Junta; -----

----- Secção de economia local e mercados – três fiscais em regime de teletrabalho de 23/3 a 17/4; três assistentes operacionais em permanência na Junta; -----

----- Secção de licenciamento – dois assistentes técnicos, um em regime de teletrabalho de 23/3 a 10/4, um em permanência na Junta no apoio à ação social; um prestador de serviço em permanência na Junta a apoio social; -----

----- Secção de espaços verdes – um assistente operacional em permanência na Junta; ---

----- Divisão de intervenção social – secção de ação social e saúde – três técnicos superiores, um em permanência na Junta, dois em regime de escala rotativa de quinze em quinze dias de 23/3 a 17/4; dois assistentes operacionais em permanência na Junta;

dois prestadores de serviço, um em permanência na Junta e um em regime de teletrabalho; duas técnicas superiores em assistência à família; -----

----- Secção de educação e juventude – quatro técnicos superiores em regime de escala rotativa de quinze em quinze dias de 23/3 a 17/4 em apoio à ação social; três assistentes técnicas em permanência nas escolas; um assistente operacional em permanência na escola; dois prestadores de serviço, um em permanência na Junta em apoio à ação social e um em regime de teletrabalho; -----

----- Secção de cultura e bibliotecas – três técnicos superiores em regime de escala rotativa de quinze em quinze dias de 23/3 a 17/4 e apoio social; um assistente técnico em regime de escala rotativa de quinze em quinze dias de 23/3 a 17/4 de apoio à ação social; uma técnica superior em assistência à família; -----

----- Secção de desporto – dois técnicos superiores em regime de escala rotativa de quinze em quinze dias de 23/3 a 17/4, apoio à ação social; cinco prestadores de serviço, um em regime de escala rotativa de quinze em quinze dias de 23/3 a 17/4, apoio à ação social, quatro monitores da piscina sem funções atribuídas; -----

----- Gabinete de apoio aos órgãos – dois assistentes técnicos, um em regime de escala rotativa de 31/3 a 10/4 e um em permanência na Junta; dois prestadores de serviço, um em permanência na Junta e outro em regime de teletrabalho; três assessores, dois em permanência na Junta e um em regime de teletrabalho; -----

----- Gabinete jurídico – um prestador de serviço em regime de teletrabalho de 23/3 a 3/4; -----

----- Secção de comunicação e imagem – um assistente operacional em regime de permanência na Junta; dois prestadores de serviço em regime de teletrabalho; -----

----- Continuando, disse que era graças a esse espírito de missão que foi possível dar resposta aos muitos pedidos de ajuda que todos os dias chegaram e ao mesmo tempo avançar com as obras públicas programadas, como foi o caso na melhoria das acessibilidades nos passeios da Rua Forno do Tijolo, no lançar concurso público para as obras na piscina, que estava em fase de relatório final, marcar as provas finais para o procedimento da admissão de 55 trabalhadores da higiene urbana e que, caso não existissem mais problemas em virtude da pandemia, estaria concluído em agosto com a integração dos trabalhadores no mapa de pessoal. -----

----- Foi também graças a esses trabalhadores que confrontados com situações de emergência humanitária, como foi o caso da existência de requerentes de asilo na Freguesia infetados com o Covid 19 e sem que nenhuma autoridade informasse de nada, o Executivo decidiu meter mãos à obra e contactar ministérios, Câmara Municipal, Conselho Português Para os Refugiados e visitar pessoalmente todos os locais onde se encontraram situações de degradação absoluta, com falta de medicação, alimentação, bens básicos, estando a apoiar mais de duzentas pessoas diariamente. -----

----- Criaram-se vários programas de apoio, programa “Não Saia de Casa” para a realização de compras no supermercado e na farmácia a pessoas com mais de sessenta anos com problemas de mobilidades, em situação de isolamento ou com doenças crónicas. -----

----- Os kits, refeições confeccionadas ao domicílio destinados à população vulnerável por proposta do pelouro dos direitos sociais da Câmara Municipal, composto pela distribuição de refeições em regime de take-away para as famílias carenciadas a partir dos trinta pontos de distribuição nas escolas, distribuição essa coordenada pelas Juntas de Freguesia. Os kits integravam almoço, lanche e pequeno-almoço. -----

----- Mercado solidário, entrega semanal de cabazes com produtos frescos uma iniciativa do pelouro da habitação da CML. Entrega de 140 cabazes a famílias, apoio a 560 a 600 pessoas. -----

----- Alojamento local, alojamento excecional, doentes com Covid. A Junta de Freguesia, a pedido do Hospital Curry Cabral, assumiu a responsabilidade de receber pessoas assintomáticas portadoras de Covid 19 sem capacidade de isolamento, através de cooperação com a unidade hospitalar responsável pela referenciação dos doentes. A CML financiava o pagamento do espaço de residências, o centro de cultura e desporto dos trabalhadores da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, CCBLX, que assegurava a limpeza das instalações como as refeições diárias, estando a cargo da Junta a gestão diária dos doentes, necessidades básicas, fornecimento de bens para higiene pessoal, gestão de consultas, testes de despistagem, controlo de entradas e saídas, bem como a desinfecção do espaço. -----

----- Apoio urgente a requerentes de asilo. Atentas as notícias da presença de requerentes de asilo em situações de sobrelotação em alojamentos situados em Arroios e a preocupação manifesta de muitos fregueses, a Junta de Freguesia, uma vez que não tinha nenhuma informação, deslocou-se aos locais e deparou-se com necessidades alimentar e outras, distribuindo aos 203 requerentes de asilo refeições diárias, cabazes alimentares, roupas, produtos de higiene, medicação, produtos de limpeza, material escolar para as crianças, máscaras. -----

----- Deu-se continuidade aos programas existentes no âmbito da intervenção social, atendimento social, “Zero Desperdício”, refeições confeccionadas que foram da Misericórdia de Lisboa, de empresas particulares ou do Banco de Portugal, como a empresa de Cascais Logoplaste. -----

----- Acompanhamento psicológico, acompanhamento telefónico, entrega de géneros alimentares, cabazes de emergência, atribuição de apoio económico, FES e FES Covid 19. Até março de 2020 a Junta apoiou fregueses com 3.500 euros para apoio a rendas de casa, água e eletricidade, entre abril e junho esse valor ascendia a mais de 20.050 euros em apoio destinado essencialmente ao pagamento de rendas de casa, num aumento de 7 para 34 pedidos. O financiamento desse programa era feito através de transferências da CML. -----

----- A 15 de junho eram 582 pessoas a quem se prestou atendimento social telefónico, 144 com acompanhamento psicológico, apoio alimentar a 698 através do “Zero Desperdício” e mercado solidário, acompanhando 232 requerentes de asilo, incluindo crianças, alojados em sete hosteis. -----

----- Quanto à higiene urbana, foram efetuadas 129 lavagens de ruas entre março e junho. Durante o início da pandemia foram 3202 varreduras, 140 desinfecções de ruas, 3 limpezas de sarjetas. -----

----- Distribuíram-se cerca de 16.000 máscaras, contando ainda com mais 10.000 na sede, distribuíu-se informações em várias línguas. Contactaram-se os comerciantes sensibilizando para a necessidade do uso obrigatório de máscara e ofereceram-se autocolantes para aviso à população. -----

----- A Junta de Freguesia estava sempre disponível e atenta às necessidades da população, dando o seu melhor e por isso contava sempre com a prestimosa ajuda da Assembleia de Freguesia. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que tinha um pedido de esclarecimento à Senhora Presidente do Executivo, agradecendo o relatório que acabara de dar sobre o período da pandemia. -----

----- Perguntou se a Senhora Presidente do Executivo teria alguma coisa a dizer em concreto sobre a informação escrita que estava em discussão, que era do período de 15 de dezembro a 15 de março. Parecia-lhe que aquilo que foi referido dizia respeito à informação escrita marcada para ser analisada na próxima Assembleia. -----

----- A informação dada era preciosa, importante, porque estavam sem qualquer informação nesse período, mas perguntava se o Executivo tinha em concreto em relação ao que estava em discussão, a informação escrita de 15 de dezembro a 15 de março, alguma informação para prestar.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que tinham a informação escrita e se alguém quisesse fazer perguntas estava disponível para responder.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que então faria um conjunto de perguntas sobre essa matéria.-----

----- A informação escrita de 15 de dezembro a 15 de março estava bem mais circunstanciada do que no passado e era de registar esse facto. Verificava com agrado alguns aspetos constantes dessa informação escrita, nomeadamente no âmbito da formação profissional, a realização de um curso prático de protocolo autárquico e político, que era uma das áreas em que se sentiam algumas deficiências de funcionamento, até no apoio aos órgãos.-----

----- Por exemplo no âmbito da contratação pública encontrava-se um relato circunstanciado e via-se que concurso, consulta e ajuste tinham uma expressão muito diminuta no âmbito dos procedimentos de contratação pública, sendo certo que os ajustes diretos em regime simplificado tinham uma relevância bastante grande. Se olhassem para os ajustes diretos em regime simplificado e ajustes diretos em regime geral teriam aí, aparentemente, a generalidade da contratação pública.-----

----- Perguntou se isso resultava efetivamente de durante o ano de 2019 ter havido pouca execução orçamental ou se, em vez disso, resultava de um procedimento do desdobramento de contratação.-----

----- Saudou a informação que era dada sobre o posto dos CTT e manter a saudação relativamente ao facto da Junta de Freguesia ter decidido criar esse posto dos CTT, apesar de entender que devia existir efetivamente um posto dos CTT e não um posto como esse. Não existindo, saudava o facto da Junta de Freguesia ter tomado essa iniciativa, porque prestava um efetivo serviço à população.-----

----- Em matéria de apoio social sentia-se que por vezes faltava uma informação mais fina, mais detalhada, do tipo de apoios que eram prestados. Quando se referia apenas o número de atendimentos, isso era pouco e gostaria de ver mais, que montantes estariam envolvidos nesse apoio social, quantas famílias tinham esse apoio, qual a média do valor de apoio a cada uma dessas famílias, etc.-----

----- Saudava a iniciativa da república para pessoas em situação de sem-abrigo e gostava, se possível, que fosse dada mais alguma informação quanto ao funcionamento dessa república.-----

----- No que dizia respeito às cedências de espaço via-se uma cedência à Associação “Crescer”, na Rua Passos Manuel número 20, primeiro direito. Julgava tratar-se das antigas instalações da Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios e a pergunta era se essas instalações estavam arrendadas ou se eram próprias da Freguesia, porque se dizia que essa utilização pela Associação “Crescer” era sem qualquer tipo de encargos financeiros para a Junta de Freguesia. Portanto, era tentar perceber.-----

----- No que dizia respeito ao licenciamento via-se pouca informação e queria saber se era possível obter mais alguma informação, designadamente saber qual era o período do ano em que se notava maior número de processos de licenciamento. Já tinham ficado com a ideia de que era fundamentalmente no início do ano, mas se haveria reforço de licenciamento noutros períodos do ano.-----

----- Saudava no âmbito da comunicação e imagem a produção semanal de uma newsletter. Apesar de não ser desse período, saudava também o facto dos Membros da

Assembleia de Freguesia terem passado a receber essa newsletter semanal, o que permitia conectarem com as informações que o Executivo ia disponibilizando. -----

----- Quanto à informação financeira, verificava-se que no respeitante às taxas, multas e outras receitas do licenciamento notava-se um decréscimo significativo. Gostaria de perceber se havia alguma razão para esse decréscimo no período, se era meramente sazonal. Saber o que se passava sobre essa questão. -----

----- **Membro Maria Lúcia Borges Leitão (PSD)** começou por saudar a Senhora Presidente do Executivo por ter feito uma exposição mais detalhada, embora, como disse o Membro José Cal Gonçalves, era em relação a esse ano, mas quando dizia que era a primeira vez que entrava em contacto com os Membros da Assembleia, num estado de calamidade e emergência deveria ter havido mais informação. -----

----- A informação prestada agora tinha sido preciosa mas notava-se que era muito dedicada a estrangeiros. Eram uma Freguesia multicultural e não podiam esquecer que os portugueses faziam parte dessa multiculturalidade. Tinha ficado sem perceber o que se estava a fazer ou a pensar fazer sobre as pessoas vulneráveis da Freguesia, não só aquelas que eram estrangeiras e que precisavam de asilo político. -----

----- Era de louvar esse trabalho, que era duríssimo e muito complicado burocraticamente, mas seis mil máscaras foi um dia só simbólico porque numa Freguesia onde viviam estimadamente 30 mil habitantes, 60 mil eram os fregueses que viviam e trabalhavam, tinham que convir que era uma gota de água. -----

----- Essa questão não foi suficientemente tratada. Tinha noção que por exemplo em Cascais as Juntas de Freguesia estavam a disponibilizar por semana, a todos os fregueses que quisessem, quatro máscaras. Começaram assim e até estavam a aumentar. As seis mil máscaras para uma iniciativa era uma sensibilização, mas carecia de coerência e de continuação. -----

----- **Membro António Valente (PAN)** disse que, segundo tinha percebido, o teletrabalho durou sensivelmente até 17/4. Tendo em conta que a pandemia ainda não estava controlada e que muitas empresas e organismos públicos... por exemplo falava-se de Cascais, que estava a pensar continuar mesmo pós-pandemia. Gostaria de saber qual era experiência do Executivo e como funcionou. -----

----- Infelizmente a pandemia não estava controlada, era para continuar e queria saber se estavam a pensar manter esses turnos e quais as ideias para o futuro, porque infelizmente iriam continuar com a pandemia. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que a leitura feita pela Senhora Presidente da Junta realmente referia-se a um período após a informação que receberam e que ia de 15 de dezembro a 15 de março. Estava fora do tempo, uma vez que se encontravam em junho e muita coisa se passou entretanto. -----

----- A informação era importante mas tinha-se perdido nos números porque era muito difícil, até por essa via, concentrarem-se na leitura feita. No entanto agradecia, mas devia ter sido entregue mais cedo para que pudessem analisar. -----

----- A informação que chegou no fundo não era relevante porque muita coisa se passou, mas gostaria de saber por exemplo, não estava na leitura atual até 15 de março, sobre o concurso das 55 vagas para higiene urbana. Já tinha visto algumas coisas no site mas gostaria de saber para quando a conclusão desse processo concursal. -----

----- Na contratação pública era privilegiado e mantinha-se porque essa era uma tendência, o ajuste directo em detrimento de qualquer outro. -----

----- Quanto à informação sobre as obras do metro em Arroios e da piscina de Arroios nada era mencionado na informação. -----

----- Pelos números fornecidos continuava-se a verificar um elevado número de passagem de atestados de residência, uma média de cerca de mil por mês. Se as coisas

tivessem levado um rumo normal seriam no fim do ano cerca de 12 mil. Já tinha chamado à atenção no ano anterior e tinha vindo a chamar à atenção, mas isso deveria fazer pensar que algo parecia não estar bem. -----

----- Se analisassem tudo aquilo que tinha acontecido durante o tempo do Covid, parecia haver uma tendência para a Freguesia ser uma passagem, chamassem-lhe assim e sem fazer qualquer juízo, de pessoas que se instalavam infelizmente indignamente, em condições que foram observadas porque aconteceu o surto e que depois se iam embora. Para onde e como não sabiam. -----

----- Já tinha colocado isso em Assembleia, quais as condições e como estariam a viver essas pessoas, porque não acreditava que esses 12 mil atestados fossem pessoas realmente que residissem ali com habitação permanente. -----

----- Também se verificava manter-se um elevado número de lugares vagos no Mercado de Arroios. Tinha-se falado em obras, que era preciso renovar, mas não se via qualquer menção ao assunto. -----

----- Quanto à comunicação, realmente já tinha recebido a newsletter algum tempo antes e era algo positivo. No entanto, ultimamente estava a receber a newsletter por três vias, pelo site, pelo apoio que normalmente era dado pela funcionária Adelaide e por vezes também pela Senhora Presidente Margarida Martins, o que não era necessário. -----

----- Sobre a atualização do site, verificara ultimamente que as atas da Assembleia de Freguesia estavam atualizadas mas o mesmo não acontecia com as atas das reuniões do Executivo. -----

----- Houve um período em 2018 de atas que não estavam feitas, depois foram feitas posteriormente e mais tarde foram publicadas, mas havia falta de atas do período de 2018, não estavam lá todas. Havia erros nessas atas que foram posteriormente publicadas e que se calhar ninguém leu, porque não detetaram os erros que tinham a ver nomeadamente com datas. Devia haver pelo menos o cuidado de serem lidos os documentos. -----

----- O apoio social era escasso. Verificava-se que o cartão “Mais” não aumentou muito, na casa para os quatro utentes mantinham-se os quatro utentes e não sabia se eram os mesmos ou se iam saindo uns e entrando outros, mas não se alastrou para mais utentes. -----

----- Quanto à informação financeira, o primeiro trimestre tinha uma execução orçamental na despesa deveras baixa. Os compromissos assumidos, cerca de 47% da previsão corrigida, num valor de 3.735.000 e desses estava pago 1.093.000 euros, faltando pagar 2.442.000. -----

----- A execução do PPI era de 9% no trimestre, baixíssimo. -----

----- Verificava-se um saldo em bancos de 2.829.000, o que poderia cobrir os pagamentos, mas continuava a chamar a atenção para o risco de concentração de depósitos. Tinham cerca de 2.376.000, de 2.800.000, depositados numa única instituição bancária, o BIC. Isso era uma exposição ao risco tremenda, dado que infelizmente nunca se sabia o que surgia porque a toda a hora se ouvia falar dos problemas das grandes empresas, nomeadamente os bancos, que pareciam estar sempre a precisar de capital e que todos pagavam. -----

----- **Membro Ana Filipe (BE)** disse que queria apenas pedir um esclarecimento quanto aos concursos na área dos recursos humanos, tanto para a higiene urbana como para os cargos de dirigentes. -----

----- Também aproveitava, apesar de não ser específico da informação escrita, para tentar obter por parte do Executivo a perceção sobre o impacto da pandemia nas contas da Junta de Freguesia e os efeitos que se estavam a sentir. -----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** alertou para uma especial atenção às zonas de fronteira entre Freguesias, por exemplo as Escadinhas do Beco de São Luís, a Calçada



de Santana, em que muitas vezes a limpeza e deservagem eram feitas com maior espaçamento, zonas essas em que continuava o método dos lixos nos passeios e sacos na rua à porta de casa. -----

----- Lixo, ervas altas e calor, era uma fórmula perfeita para o aparecimento de pragas como pulgas, que infelizmente tinha sido o caso. -----

----- Não era só um método difícil para os próprios trabalhadores, como injusto para os moradores dessas zonas que pagavam os mesmos impostos. Só pediam mais atenção e agradeciam o trabalho feito por todos os envolvidos no cuidado da higiene e consequentemente da saúde nesse período. -----

----- De certa forma foram colmatadas falhas da Câmara Municipal por parte da Junta, como as informações de alterações de horários colocados nas portas. Aí era notória a tentativa de informação aos fregueses, coisa que a Câmara não teve cuidado. Nem toda a gente tinha internet e por isso a Junta colocou nas caixas de correio dos fregueses. -----

----- Na senda da justa preocupação em relação à problemática das doenças inflamatórias do intestino, ou mesmo das mais básicas necessidades tanto dos utentes dos parques, trabalhadores como era o caso dos motoristas da Carris no Campo Mártires da Pátria, que faziam lá a sua paragem, transeuntes ou mesmo pessoas sem-abrigo que cresciam em número preocupante devido a situação que se atravessava, o período de utilização dos sanitários era insuficiente. -----

----- Apesar das imposições de redução de horários devido à pandemia e todos os cuidados que também tinham que ter com os funcionários, pedia que se tomasse especial atenção ao que se apresentava e que fosse alargado o horário de funcionamento. -----

----- A nível do desporto e um pouco fora do que normalmente discutiam ali, fazendo jus à integração de várias culturas, raças, credos, etnias, propunha que junto da CML a Freguesia conseguisse um campo onde os jogadores do Oeiras Cricket Clube que treinavam na Praça do Martim Moniz, espaço da Freguesia de Santa Maria Maior, mas muitos deles residentes da Freguesia de Arroios. Eram originários da Índia, do Bangladesh e do Paquistão. -----

----- Tinha sido informada de existirem três campos em Portugal disponíveis, no Porto, Cartaxo e Ansião, mas era-lhes incomportável e como tal apelavam a um campo em Lisboa. Inclusive com vários pedidos de portugueses que queriam aprender a jogar esse desporto. -----

----- Todos os anos havia a liga portuguesa, entre maio até finais de outubro, com várias equipas da Europa a visitarem, segundo a explicação do capitão dessa equipa. -----

----- Numa Freguesia multicultural e inclusiva pedia-se que ponderassem aquilo que fazia chegar e talvez aproveitando a disponibilidade da Academia Militar, que sempre demonstrou essa abertura, podia ser uma opção. -----

----- Olhando para as pessoas não sabia se eram portugueses ou não. Quando se achava serem imigrantes ou refugiados, provavelmente até estavam a olhar para portugueses. Se calhar as máscaras que foram entregues até foram entregues a portugueses, já nacionalizados. O que Junta entendeu, se calhar, foi que as pessoas a quem distribuíram eram pessoas com mais dificuldades até numa coisa básica que se esqueciam, a linguagem. As pessoas mais idosas de quem tinham queixas podiam pegar num telefone e pedir ajuda, mas se calhar havia fregueses de outras nacionalidades que ainda não conseguiam pegar num telefone e falar em Português. -----

----- Uma das coisas que deviam aprender com o Covid era a solidariedade, era bloquear esse medo do diferente e serem mais solidários. Talvez tivesse sido essa a tentativa por parte da Junta quando distribuiu as máscaras a determinadas pessoas. -----

----- Finalmente o famoso parque canino. Houve abandono por causa da altura que atravessavam, o parque estava muito degradado. Para além da segurança dos patos, dos

galos, das pessoas, dos cães, até por questões de higiene pedia que quando possível se reestruturasse aquele parque. A própria segunda porta, que protegia muito as entradas e saídas, estava estragada.-----

----- **Membro Maria Eugénia Silva (PSD)** disse que quando falou na entrega das máscaras tinha referido que eram pessoas fora da Freguesia e não os que viviam ali, eram pessoas que passavam na avenida. Se fosse às pessoas de várias etnias até achava muito bem, mas eles deram a pessoas que não eram da Freguesia, davam a quem passava na rua.-----

----- Se tinha falado em “monhés” pedia imensa desculpa, se tinha ofendido alguém. ----

----- **Membro Maria Lúcia Borges Leitão (PSD)** reiterou aquilo que a Membro Maria Eugénia Silva disse, que a iniciativa foi de distribuição aleatória das máscaras e não se sabia se foi a fregueses. -----

----- O que estava a propor eram medidas para o futuro, porque seis mil máscaras distribuídas na Freguesia era uma gota de água no oceano, não era nada.-----

----- Percebia a Membro Ana Mirra, mas se estavam a pedir asilo não deviam ser portugueses e metia-se no mesmo grupo de pessoas os vulneráveis portugueses e estrangeiros. A multiculturalidade em Portugal também existia, mesmo entre portugueses tinham culturas diferentes.-----

----- A exposição da Senhora Presidente tinha sido muito à base de informar o que fez junto de quem pediu asilo, de quem vinha para fazer isolamento profilático por serem assintomáticos e estarem de saída.-----

----- Perguntou como era com os que viviam ali e com as lojas, que podiam ter que dar uma máscara a um cliente que não tinha máscara para entrar. -----

----- Era por isso que falava na necessidade de informação mais fluente, para poderem colaborar nesse aspeto. Só tinham um inimigo comum, o Covid, e se tivessem mais informação detalhada como foi dada mas com mais regularidade todos poderiam ajudar.

----- Por exemplo tinha visto nesse dia um senhor a urinar atrás de uma caixa de eletricidade e isso era humilhante. Por isso se tinha absterido em relação à ação da Junta. -

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que todas as pessoas iriam receber a sua informação por escrito, iria pedir ao apoio aos órgãos para enviar a toda a gente. Parecia-lhe que algumas coisas não teriam ouvido bem e queria esclarecer.-----

----- Não se distribuíram 6 mil máscaras. Tinham 26 mil máscaras e distribuíram 16 mil, faltando ainda distribuir 10 mil. Só nos últimos dois dias distribuíram duas mil a alunos das escolas Luísa de Gusmão e Liceu Camões por causa da situação da pandemia estar mais entre os jovens e para alertar mais esses jovens também. -----

----- Os cabazes que foram entregues eram uma coisa que já ia até da anterior Junta de Freguesia dos Anjos, era essencialmente a famílias portuguesas. Podia dizer que só agora os médicos dos centros de saúde estavam a pedir apoios para pessoas que estavam desempregadas, apoios do centro de saúde. A maior parte das pessoas que recebiam apoio da Junta eram portuguesas, 600 pessoas, tinham o cartão. -----

----- As pessoas migrantes que viviam na Freguesia pagavam impostos e a Segurança Social, as que viviam na Freguesia pagavam a sua renda de casa, a sua água, a sua luz. Também contribuía para a Segurança Social em Portugal. -----

----- Havia algumas perguntas um pouco díspares e que lhe soavam um pouco mal. Agradeceu o apoio da Membro Ana Mirra. -----

----- A propósito da pandemia descobriram que havia 208 pessoas em hosteis sem condições, colocadas pelo CPR sem conhecimento da Câmara Municipal, sem conhecimento da Misericórdia, sem conhecimento das entidades públicas. O próprio Presidente Fernando Medina não tinha conhecimento da quantidade de pessoas, até



porque esses negócios eram feitos com o SEF, uma entidade ligada ao Ministério da Administração Interna, com o CPR, uma entidade particular.-----

----- Com muita tristeza descobriu-se essas pessoas e que poderiam dar apoio com alimentos, com produtos de higiene, com máscaras. As primeiras máscaras até tinham sido dadas por pessoas que as fizeram gratuitamente em sua casa e que mandaram para a Junta de Freguesia e que foram entregues para as pessoas andarem com as suas máscaras na rua, sensibilizando toda essa população. -----

----- Ficava um pouco incomodada com esse racismo às vezes encapotado, porque eram estrangeiros, porque tinham mais direito que os outros. -----

----- Eles tinham muita dificuldade com a Língua e muitas vezes pedia-se até aos vizinhos ou às associações. Por exemplo a associação do Bangladesh estava no Benfornoso e eram eles que apoiavam as pessoas do Bangladesh, as pessoas carenciadas, as pessoas que viviam na Rua do Benfornoso e ali na zona. Havia uma associação das pessoas do Nepal que também apoiava. -----

----- Ainda no dia anterior tiveram uma ação conjunta com a Câmara Municipal, com nepaleses, a apoiar a alimentação. Também tiveram da comunidade chinesa, da comunidade do Bangladesh, da comunidade hindú, da comunidade albanesa. Não perguntaram se era para os portugueses ou se era para os deles. Isso tinha sido anunciado na newsletter. -----

----- Se tinham recebido a newsletter três ou quatro vezes pedia desculpa mas tinha insistido que além da comunicação enviada, para que não a acusassem, fosse enviado pelo apoio aos órgãos. Continuará assim, quem não quisesse ler não lia, mas realmente não deviam ler a maior parte das coisas que lá estavam. -----

----- Quanto ao Mercado de Arroios, eram situações oficiais e que tinham de ser regulamentadas. A Câmara estava a fazer todo um trabalho ao nível dos mercados, o Vereador Carlos Castro, e só em julho se poderia lançar um concurso para essa situação porque estava dada uma parte já a instituições num acordo com a Câmara. -----

----- Sobre a deservagem no Beco de São Luís, Calçada de Santana e as pragas de pulgas, já se informou a Câmara Municipal. Nessa noite iriam fazer uma lavagem especial na Rua Martim Vaz, onde houve mais problemas. -----

----- Muitas das situações dos sanitários ficarem fechados, os quiosques estavam fechados e porque também os jardins estavam bloqueados. Durante a pandemia as pessoas não se podiam nem sentar nos bancos dos jardins, que estavam completamente encerrados à população. Entretanto já não estavam. -----

----- Sobre a república, ela tinha mais de cinco anos, era um acordo com o Centro Paroquial e Social de São Jorge de Arroios. Eram pessoas que estavam na rua e ainda nesse dia tinham deparado com uma situação de uma pessoa grávida de três meses que foi encaminhada na hora para a Misericórdia. -----

----- A Câmara Municipal tinha uma equipa de missão desde um mês e meio antes a essa parte só para os sem-abrigo. Estavam a acionar de uma forma muito mais célere para apoio a essas situações. -----

----- Quanto à Associação “Crescer”, era uma associação que já existia. Era um espaço arrendado, quatro andares por 400 euros. Era um acordo também com a Câmara Municipal também para ajudar essa associação a apoiar os sem-abrigo da Freguesia. Por um lado queria-se apoio e por outro lado punha-se em causa a Associação “Crescer”. Era um acordo tripartido e um protocolo público. -----

----- Sobre os CTT podia dizer que estiveram sempre abertos. -----

----- No licenciamento, até março receberam quase 61.000 euros e o que não se cobrou por isenção do metro foram cerca de 5.400 euros. Não estavam a cobrar aquelas lojas que tinham a isenção pelo metro e à espera que houvesse um documento oficial. Já

tinham reunido com os comerciantes e com o Vice-Presidente para que houvesse um documento oficial. Não podia ser da cabeça da Junta, tinha que haver todo um trabalho, mas levavam três anos sem cobrar a essas entidades.-----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho**, respondendo a uma questão levantada pelo Membro José Cal Gonçalves sobre a contratação pública, disse que o procedimento de contratação pública mais utilizado pela Junta de Freguesia eram os ajustes diretos. Era uma opção do Executivo que se enquadrava perfeitamente na Lei e nomeadamente no âmbito dos contratos públicos.-----

----- Não existia qualquer desdobramento de despesas, nem sequer desdobramento de contratações. Aliás, a Junta de Freguesia tinha muitos fornecedores, o que parecia ser bastante positivo.-----

----- Dentro do possível a Junta fazia também consulta prévia com auscultação a três empresas, mas o ajuste direto era permitido pela Lei, sendo o procedimento mais utilizado pelo Executivo.-----

----- Relativamente à questão levantada pelo Membro António Valente sobre o teletrabalho, durante o primeiro período houve vários trabalhadores que utilizaram o regime de teletrabalho mas havia funções que não se coadunavam com esse regime. Esses funcionários continuariam a desempenhar as funções presencialmente.-----

----- Nas situações em que o teletrabalho era permitido, o Executivo não excluía equacionar essa possibilidade, tendo em consideração vários fatores. Podia dizer por exemplo que na secção de comunicação e imagem, da qual tinha o pelouro, ambos os colaboradores estiveram em teletrabalho e a pedido de um deles iria recomeçar novamente o teletrabalho no próximo mês.-----

----- Apesar de na fase inicial vários trabalhadores terem utilizado essa forma de organização do trabalho, não se excluía, tendo em consideração outros fatores que o Executivo na altura própria equacionaria.-----

----- Eram essas duas questões que tinha para responder, o que pensava ter feito, mas ficava disponível para qualquer esclarecimento.-----

----- **O Vogal do Executivo José Vera de Matos**, disse que depois da brilhante intervenção da Senhora Presidente já tinha pouco a acrescentar sobre a multiculturalidade.-----

----- A multiculturalidade era ligeiramente diferente de multiculturalismo. A multiculturalidade era um facto e viviam numa Freguesia multicultural, quisessem ou não, e tinham que cuidar da saúde de todos porque era também cuidar da própria saúde. Se havia uma lição que o coronavírus dava ao mundo era que se calhar zelar pela saúde pública na Ásia era também zelar pela saúde pública dos europeus e dos norte-americanos, de todo o mundo.-----

----- Essa diferença dos portugueses e dos não portugueses, dos asiáticos, dos africanos ou dos europeus, acabava por se tornar completamente irrelevante no contexto dessa pandemia que como sabiam felizmente ou infelizmente, não estava a escolher nacionalidades.-----

----- Enquanto Junta tinham que perceber que muitas das pessoas de outras culturas, de outros países, eram aquelas que enfrentavam maior dificuldade e que algumas delas viviam em situações de algumas carências sérias.-----

----- Tinham que se conseguir colocar na posição do outro. Portugal tinha um número relativamente grande de emigrantes e com certeza não queriam que as juntas de freguesia de Paris ou de Londres tratassem os emigrantes portugueses como cidadãos de segunda ou de terceira.-----

----- Queria registar a ideia da Membro Ana Mirra, que também era o seu sonho, ter mais espaços que pudesse destinar não só ao cricket, mas ao andebol, ao futsal, ao



futebol, ao basquetebol. O grande problema era que de facto havia uma grande carência de espaços disponíveis para os clubes da Freguesia, que infelizmente até a esses estava a ser difícil dar resposta.-----

----- Não podia deixar de registar como uma boa ideia, mas fazendo essa ressalva, que espaços na Freguesia era algo que via com bons olhos mas de momento não era fácil.---

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes**, começou por felicitar o trabalho realizado pelo pessoal da higiene urbana e todos os administrativos. -----

----- Quanto aos 55 trabalhadores para a higiene urbana, o concurso ficou um pouco atrasado por causa do Covid. Eram para ter realizado os exames psicológicos e não conseguiram, mas entretanto já fizeram. O processo estava a decorrer, brevemente iniciariam as entrevistas e talvez mais um ou dois meses, não sabia precisar, dependia dos prazos e das reclamações que houvesse, o concurso ficaria concluído. -----

----- O concurso para dirigentes já estava aberto por despacho da Senhora Presidente. Faltava nomear o júri, que já estava autorizado, e iria à próxima Assembleia de Freguesia para aprovação. -----

----- Sobre as contas bancárias, isso também os preocupava e tentariam alterar logo que possível. -----

----- O impacto do Covid nas contas também era imprevisível saber para já. Tinham alguns dados e isso refletia-se na revisão orçamental. Havia uma diminuição previsível de 365 mil mas seria muito difícil saber nessa fase quais os reflexos, que com certeza seria muito mais. -----

----- Quando o Executivo verificasse que necessitava de alguma alteração orçamental, faria e levaria à Assembleia de Freguesia para aprovar. Oxalá não fosse necessário e que a economia recuperasse o mais rapidamente possível, mas tinham que ter consciência da dificuldade em colocar uma verba no Orçamento. Gostaria de poder dizer que não teria reflexo nenhum, mas com certeza iria ter. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** começou por agradecer os esclarecimentos prestados pelo Executivo. -----

----- Disse que por vezes havia lapsos linguísticos que subsistiam ao longo dos tempos e que criavam algumas situações de incongruência difíceis de referir, mas queria aproveitar a expressão da Senhora Presidente sobre racismo encapotado e dizer que do PSD não havia nenhuma situação de racismo encapotado. A ideia era que por vezes existia pobreza encapotada e foi isso que se pretendeu referir ao falar dos portugueses e dos estrangeiros. -----

----- Muitas vezes os estrangeiros com maior facilidade faziam chegar os seus pedidos e as suas preocupações, pesasse embora as diferenças linguísticas, porque não tinham as dificuldades de afirmação dessa situação. Todos sabiam por experiência própria que muitas vezes algum vizinho passava dificuldades e nem sequer se conseguia perceber. Isso era a pobreza encapotada e a preocupação manifestada pelas membros Maria Borges Leitão e Maria Eugénia Silva ia um pouco nesse sentido. -----

----- No seu caso não tinha nascido em Portugal, onde chegou com dois meses de idade e sentira-se sempre bem acolhido. Portanto, não se esquecia que deviam acolher todos, mas também não deviam esquecer aqueles que nasceram em Portugal e que tinham dificuldades, que deviam ter apoio e muitas vezes não tinham coragem de o pedir. -----

----- Era essa perspetiva que queriam relevar, no sentido de ter uma atenção especial em relação a essas dificuldades que por vezes estavam ao lado e não se percecionavam. -----

----- O Vogal José Vera de Matos, depois de ter dito que eram todos iguais disse que não se conseguia o espaço desportivo para os estrangeiros porque nem chegava para os de cá. Por vezes no linguajar podiam todos escorregar e sabia que o Vogal José Vera de Matos não fazia nenhuma distinção, mas por vezes um linguajar menos feliz parecia

fazer escorregar, dando ideia de coisas que não correspondiam à realidade, sem qualquer ponta de racismo. -----

----- Não se tinha sentido suficientemente esclarecido por parte do Senhor Secretário na questão da contratação pública. percebia aquilo que disse em relação aos ajustes diretos, mas quando olhava por exemplo para algumas áreas do exercício do ano anterior via montantes que faziam perceber que só com desdobramento se conseguia fazer o ajuste direto. -----

----- Se ia à base.gov via lá alguma contratação que parecia ser loteada e nesse modelo de loteamento parecia haver fracionamento. Era esse esclarecimento que estava a pedir porque não disse que havia, disse que parecia haver. -----

----- Em relação à Senhora Presidente, não tinha percebido muito bem a explicação sobre o antigo espaço da Freguesia de Arroios. Se bem percebia, o espaço continuava arrendado e a questão era saber se o contrato de arrendamento permitia fazer esse tipo de cedência sem virem a ser sujeitos a uma ação de despejo por cedência indevida. Era aí que queria chegar, saber qual a situação e em que medida não teriam encargos com esse contrato. -----

----- **Membro António Valente (PAN)** disse que a questão dos ajustes diretos também o deixava preocupado. Não lhe parecia muito correto quando se dizia que a opção do Executivo era o ajuste direto. Essa devia ser sempre a última opção, até porque ajustes diretos simplificados eram só até cinco mil euros e havia uma série de limites. Era muito importante fazer essa verificação de não estar a ultrapassar os limites. -----

----- O facto da Lei prever ajustes diretos não queria dizer que fosse a melhor opção, que não era com certeza, era para situações de urgência e pontuais e não para ser um processo de adjudicação privilegiado. Nunca deveria ser e isso deixava-os muito preocupados. -----

----- Recordou que no passado o Executivo comprometeu-se a privilegiar o ajuste direto em algumas situações mas sempre com o convite a três entidades. Portanto, dizerem que convidavam três entidades quando era possível parecia-lhe uma coisa muito incorreta, principalmente quando já se tinha comprometido no passado que sempre que houvesse um ajuste direto o Executivo faria o convite a três entidades. Lembrava-se do Jorge Lavaredas dizer isso. Estava escrito em ata da reunião. -----

----- Dizerem que privilegiavam o ajuste direto porque estava previsto na Lei não parecia correto, até pela série de limites que tinham de ser verificados, controlos, verificações, não era só fazer um ajuste direto porque se precisava e porque se queria. -----

----- **Membro Maria Lúcia Borges Leitão (PSD)** pediu à Senhora Presidente do Executivo que fosse também mais educada na forma como falava com a Assembleia. Não podia aceitar o racismo encapotado, a menos que fosse uma linguagem como tinha dito o Membro José Cal Gonçalves, uma linguagem menos feliz. -----

----- Racismo encapotado era uma coisa grave e que não aceitava, até porque foi vítima de racismo pouco tempo antes nos serviços do SEF, onde trabalhava durante muitos anos a regularizar a vida de jovens adultos estrangeiros, pessoas vulneráveis. Era com isso que trabalhava todos os dias desde 1990 e não aceitava esse tipo de insinuação forte da Senhora Presidente. -----

----- Esse meio de reunir era muito bom, seria a solução nessa fase, mas era importante também verem a linguagem corporal, a forma como a Senhora Presidente dizia que pagavam impostos, ou que faziam qualquer coisa, a forma não era própria e não estava a dar lições a ninguém. -----

----- Pagavam impostos porque queriam trabalhar e contribuir para o País. Estava a dar lições de quê a quem? Parecia estar a distrair o discurso para não dar as respostas às questões que foram colocadas. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que não iria fazer certos comentários, mas ainda bem que a Membro Maria Borges Leitão trabalhava no SEF porque devia saber o tempo que essas pessoas esperavam, infelizmente, para que se organizasse a vida delas, que se dissesse se podiam ficar em Portugal ou não. Com certeza sabia a ligação do SEF com o CPR e saberia muito melhor da situação em que estavam essas pessoas do que a própria Câmara. -----

----- Não havia conhecimento dos problemas dessas pessoas. Até problemas de saúde graves e tinha fotografias sobre isso. Informou-se o SEF de situações em que as pessoas eram mordidas em colchões por percevejos. Tinha o processo da pessoa que alugava isso, o CPR fazia contrato com essas entidades. -----

----- Ainda bem que a Membro Maria Borges Leitão conhecia até melhor a situação e tinha pena que nunca tivessem conversado sobre ela, ou que nunca lhe tivesse dado indicações sobre ela. -----

----- Respondendo ao Membro José Cal Gonçalves, disse que o processo era um acordo tripartido com a Câmara Municipal de apoio aos sem-abrigo. A “Crescer” fazia aconselhamento na intergração de pessoas. -----

----- Podia dizer que à conta da situação que aconteceu com a SEARA a Misericórdia de Lisboa tinha um hostel na Freguesia, todo um edifício com 27 quartos para dar apoio a pessoas sem-abrigo, com alimentação dada pela Misericórdia, com segurança à porta. --

----- Quando se falava das pessoas fazerem certas situações no meio da rua era preciso não esquecer que, infelizmente, o País deixara muitos anos antes de tratar as pessoas com problemas de ordem psiquiátrica. Com a pandemia apareceram imensos problemas nessas pessoas, com o sofrimento e o isolamento. -----

----- Sobre a pobreza encapotada, com base no Covid passou-se uma situação completamente contrária. Os vizinhos, estando mais em casa, passaram a estar atentos à vizinhança e a informar mais situações de pessoas em que sentiam haver necessidade. Essencialmente eram pessoas idosas, a que se tinha de pedir apoio para o acompanhamento, apoio de outras instituições e por vezes mesmo apoio da polícia Municipal ou da PSP para se conseguir falar com essas pessoas. Não se podia bater à porta das pessoas sem esses apoios. -----

----- Houve muita solidariedade da parte dos vizinhos no sentido de darem algumas informações, porque estando em casa aperceberam-se de mais situações. -----

----- **O Vogal do Executivo José Vera de Matos**, começou por agradecer a forma hábil como o Membro José Cal Gonçalves esclareceu algumas posições do PSD. No seu caso, não com tanta habilidade, mas tentava pedir desculpa se foi mal interpretado. -----

----- Não tinha falado em estrangeiros. Um drama que vivia enquanto Vogal de desporto era que os espaços para a prática desportiva dentro da Freguesia de Arroios serem bastante escassos. Se a esses somassem os grupos desportivos que operavam ou desenvolviam a sua atividade noutras Freguesias, esse drama a nível de espaços disponíveis ainda se agravava mais. -----

----- Tinha falado de clubes desportivos e não de nacionalidades, porque não fazia a mínima ideia de que nacionalidade eram as pessoas a praticar andebol ou futsal. Falara apenas dos espaços. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes**, disse que contrataram recentemente uma jurista especialmente para a contratação pública. -----

----- Fazia-se sempre, até para o regime simplificado, consulta a três empresas. Havia um despacho conjunto da Senhora Presidente sobre isso, consultavam-se sempre três empresas e não havia fracionamento de despesas. Não se fazia o contrato público por dois ou três mil euros, mas consultavam sempre e cumpriam os critérios do Código da Contratação Pública. Tinham muita atenção nisso. -----

----- **Ponto 4 – Apreciação e discussão do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição, relativo ao exercício de 2019;**-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que a apreciação sobre o relatório era a seguinte: -----

----- Em 2019, por razões expostas e discutidas em reunião de representantes partidários com Membros do Executivo da Junta, que julgavam terem sido sanadas, nem sempre o acesso à informação foi exercido nas condições desejáveis. A documentação para discussão entregue em cima da data das Assembleias, com muito pouco tempo para a leitura e análise, atas não publicadas no site, pedidos de informação sem resposta. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** perguntou se nessa matéria o Executivo teria alguma coisa a dizer quanto ao exercício desse direito. -----

----- Via-se uma coisa que era apresentada como relatório e que se limitava a transcrever aquilo que se encontrava no Estatuto do Direito de Oposição. Quanto ao exercício efetivo desse direito não se via qualquer referência, nomeadamente aos vários pedidos que foram encaminhados através da Mesa para o Executivo responder. Gostaria de saber em que grau os mesmos foram ou não respondidos. -----

----- O relatório era precisamente isso, não se podia limitar apenas a dizer quem eram os titulares, o que era o cumprir do estatuto, o que era a pronúncia sobre o presente relatório, que isso decorria da Lei. -----

----- Quando ia à procura de informação sobre o exercício do Estatuto do Direito de Oposição apenas encontrava o seguinte. “Realizou a prestação de informação escrita do Presidente da Junta acerca da atividade e situação financeira da Junta”. Não encontrava mais nada. Quanto ao exercício efetivo do direito de oposição no ano 2019 não encontrava nada no relatório e sentia-se que em 2019 houve deficiências relacionais inter-órgãos que dificultaram a ação. -----

----- Tinham que ouvir sobre essa matéria a opinião do Executivo e em que pensava melhorar essa possibilidade de exercício. -----

----- **Ponto 5 – Análise, discussão e votação da Prestação de Contas de 2019;** -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes,** disse que apresentavam nos termos e para os efeitos legais a Prestação de Contas relativa ao ano 2019. -----

----- Em termos de execução orçamental foi atingida uma taxa de 104,31% na receita e 67,49% na despesa, correspondendo a 7.974.613,06 euros e 5.159.729,56 euros, respetivamente de receitas e despesas orçamentais, permitindo a transição de um saldo de 2.873.301,71 euros. -----

----- Importava sublinhar que a execução da receita não resultava de qualquer aumento de taxas ou sobrecarga nos fregueses, mas da receita relacionada com os contratos de delegação de competências assinados com a CML e aprovados pela Assembleia, tratando-se de despesa consignada, verbas que apenas poderiam ser afetadas aos fins específicos previstos nos contratos de delegação de competências. Tratava-se ainda de verbas plurianuais que transitavam entre os vários anos para execução dessas mesmas competências. -----

----- As competências centravam-se principalmente em duas áreas, higiene urbana e espaço público. Quanto à higiene urbana, era possível verificar um aumento de despesa com pessoal muito significativo. Em 2017 a despesa foi de 566.576 euros, em 2019 foi de 954.245 euros, correspondendo a um investimento central de contratação de pessoal inicialmente por via de ajuste direto, atendendo à urgência no reforço de meios humanos nessa área. Foi imediatamente seguida por um procedimento concursal para ingresso no mapa de pessoal, com vista a garantir a contratação com vínculo permanente e com direitos. -----

----- Era um aumento substancial ao longo de um mandato e que tinha correspondido a uma melhoria significativa do serviço público prestado, serviço esse amplamente reconhecido por todos os fregueses e também já reconhecido na Assembleia. -----

----- O investimento nessa área foi também na aquisição de duas varredouras mecânicas em 2019, uma para cada posto de limpeza, com um custo total de 190.379 euros, quarenta e cinco carrinhas de varredura com um custo total de 22.140 euros, permitindo varrer os 44 cantões da Freguesia duas vezes por dia. -----

----- Foram ainda adquiridos oito carrinhos de apoio às lavagens de rua no valor de 4.723 euros, garantindo a melhoria contínua não só dos serviços prestados, mas também das condições de trabalho ao adquirir os veículos de pequeno porte para a realização de lavagens urgentes na via pública, bem como para várias situações que ocorriam diariamente. -----

----- Destacava ainda a aquisição de duas viaturas elétricas, uma para cada posto de limpeza, num custo total de 96.186 euros. Veículos de pequeno porte 100% elétricos, dotados com sistema de lavagem de alta pressão e que davam apoio à lavagem de recantos realizada todas as sextas-feiras em várias ruas da Freguesia. -----

----- Ainda dois motocões, um para cada posto de limpeza, num custo total de 46.770 euros, para a limpeza de dejetos caninos. Eram veículos fundamentais para manter os níveis de salubridade altos, com versatilidade suficiente para poder circular em cima dos passeios, onde se encontrava a maioria dos dejetos. -----

----- Fundamental para a limpeza na Freguesia foi ainda a aquisição de três viaturas de sete lugares através de procedimento de concurso público, com um valor de 110.305 euros. -----

----- Podiam afirmar que o investimento nessa área correspondia a uma concretização quase total do Plano de Atividade para o ano 2019. -----

----- Ainda relativamente à despesa salientava a consolidação em 2019 de forte investimento do Executivo relativamente à estabilização dos vínculos do pessoal. Como era possível observar pelos dados da página 105, desde 2017 que as despesas com pessoal do mapa tinham subido consistentemente. Correspondendo ao compromisso assumido pelo Executivo de acabar com os vínculos precários. -----

----- Em 2017 as despesas pagas correspondiam a 2.049.652 euros e em 2019 tal despesa aumentou mais de meio milhão de euros, para 2.573.302 euros, permitindo a estabilização laboral mas também familiar a dezenas de trabalhadores, num processo que ficou encerrado no final de 2018 mas com efeitos em 2019, designadamente no pagamento de subsídios de férias e Natal, direitos adquiridos com o programa de regularização de vínculos, a par de outros complementos salariais. -----

----- Um trabalho que deixava todos, incluindo a Assembleia, orgulhosos. -----

----- Verificava-se ainda a predominância da execução das políticas sociais em Arroios, com a implementação contínua de projetos de inclusão, apoio psicológico, Academia Sénior, cartão Mais Arroios, programa zero desperdício, desenvolvimento de várias atividades ao longo do ano para promoção da atividade física e cultural junto das populações mais carenciadas e também dos mais idosos. Um desenvolvimento integrado com as secções de cultura, desporto, educação, juventude, numa aposta contínua que sempre caracterizou as políticas do Executivo, entendendo que assim deveriam continuar. Inclusão, inclusão, inclusão. -----

----- Esse momento particular mostrava como era importante que ninguém ficasse para trás. -----

----- Quanto à quebra verificada nas taxas, a mesma resultava na diminuição dos valores resultantes da isenção proposta pela Assembleia aos comerciantes de Arroios como forma de apoio e compensação pelos prejuízos causados com o atraso nas obras do



metro, proposta acolhida pela Câmara e Assembleia Municipal que permitiu promover a isenção a cerca de quinze comerciantes num total de aproximadamente cinco mil euros anuais.-----

----- Outros projetos ficaram para trás, nesse ano não se conseguiu realizar o Dia do Animal, tendo realizado o Natal dos Animais em parceria com a Câmara Municipal. Sabia-se haver obras que a população considerava urgentes a que não se conseguiu ainda dar a resposta nos seus tempos, que também sabiam ser diferentes consoante cada pessoa.-----

----- Contavam com o apoio da Assembleia e das suas comissões para melhorar o trabalho a cada dia com as sugestões, particularmente no ano de 2020 tão especial. Contudo, no início de 2019 afirmou-se que a higiene urbana e a contratação com direitos seria a prioridade. Não faltaram à palavra, os números não mentiam.-----

----- Estavam sempre disponíveis para ouvir e para fazer melhor em prol da Freguesia e dos fregueses.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** começou por agradecer a exposição do Senhor Tesoureiro, com clareza e com precisão, focando os aspetos considerados mais relevantes de 2019. No entanto, havia um conjunto de perguntas que gostaria de fazer em relação ao exercício de 2019.-----

----- A dada altura era referido que havia um saldo de exercício a transferir para 2020 de mais de dois milhões de euros e a pergunta era o que levou a que no exercício de 2019 o orçamento previsional não pudesse ser cumprido em relação a esses valores, quais foram as dificuldades sentidas, se foi no âmbito das operações de capital ou no âmbito de despesas correntes.-----

----- Outra questão era saber quantas situações de caixa existiam na Freguesia. Além dos pagamentos que eram feitos normalmente através da tesouraria, quantas caixas existiam nos serviços.-----

----- Havia um aspeto no relatório da certificação legal de contas que tinha a ver com as dificuldades sentidas na integração do património das anteriores Freguesias. Perguntou se havia alguma estratégia para resolver essa situação que era recorrente na certificação legal de contas, se havia alguma estratégia para fazer desaparecer.-----

----- Também o facto de em 2019 ter havido a indicação de que existia efetivamente uma situação de participação crime. A informação que chegava era de que essa participação teria sido arquivada ou que estaria em trânsito para arquivamento mas não se via qualquer referência no Relatório e Contas a essa situação. Como já não estava em segredo de justiça, de acordo com as informações recolhidas, gostaria de saber se já podiam prestar mais alguma informação sobre isso, uma vez que na altura foi dito que estava em segredo de justiça e não podia ser dada a informação.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que faria a análise do relatório da gestão, do balanço e demonstração de resultados e depois da execução orçamental de 2019, por essa ordem.-----

----- Pela leitura do relatório de gestão lamentava-se, o que aliás também era dito lá, que as taxas de formação fossem muito baixas.-----

----- Também era referenciado que houve um aumento da taxa de acidentes de trabalho, que passou de 4% em 2018 para 11% em 2019. Não sendo uma taxa muito elevada, dado que a maioria dos trabalhadores era da higiene urbana, uma área onde havia bastante sinistralidade, gostaria de saber se houve alguma investigação para conhecimento das causas que levaram a esse aumento. Podia ser pelo maior número de trabalhadores ou podia haver outras causas.-----



----- Havia uma referência de ter sido emitido um guia, “Juntos em Boa Companhia”, com cerca de 20 mil exemplares e que era posto como uma solução para o isolamento da população idosa na Freguesia. Perguntou se esse guia era solução para o isolamento.

----- Verificava-se a inexistência de um estudo para um projeto que estava no programa da CDU e que gostaria muito de ver realizado mas já ia em cerca de três anos, a criação ou construção de uma residência sénior com múltiplas valências na Freguesia, visto que cada vez mais era uma necessidade da Cidade de Lisboa e da Freguesia.-----

----- A piscina mantinha-se encerrada e não havia informação.-----

----- Também questionava sobre os processos judiciais da antiga Freguesia de São Jorge de Arroios. Não se via qualquer menção e havia uma parte final do relatório que tinha a ver com os atos posteriores ao encerramento do exercício. Não se via lá nada sobre isso.

----- Passando ao balanço e demonstração de resultados, as Contas de 2019 apresentavam um resultado do exercício de 735.000 euros em números redondos, onde o resultado operacional era de 732.000 euros.-----

----- Considerava um resultado elevado e obtido pela baixa execução orçamental. Se houvesse melhor execução orçamental talvez o resultado não fosse tão elevado.-----

----- O ativo líquido de 2019 apresentava um acréscimo de 85% em relação a 2018, destacando-se os depósitos. Era unicamente pela rubrica “depósitos em instituições financeiras”, com um acréscimo de 195%. O acréscimo não se devia a outras rubricas de investimento, mas sim ao depósito em instituições financeiras.-----

----- O passivo em 2019 aumentava 140% em relação a 2018, à custa de uma rubrica, “proveitos diferidos”, que aumentava 261%. Isso tinha a ver com a baixa execução, tendo que depois haver um ajustamento dos proveitos recebidos no ano e serem diferidos para o ano seguinte.-----

----- Os fundos próprios em 2019 aumentavam 51% em relação a 2018.-----

----- Verificava-se que a provisão para processos judiciais continuava igual a 2018, com 29.000 euros. Dizia-se no relatório que era analisado processo a processo e nada dizia que não fosse assim.-----

----- Quanto ao ratio de solvabilidade e autonomia financeira, verificava-se que o património era suficiente para fazer face às responsabilidades. Era verdade que dava um ratio de 1.05, mas era abaixo de 2018 e isso devia ser tido em consideração e com algum cuidado. No ratio de autonomia acontecia o mesmo. Significava que os fundos próprios não dependiam de capitais alheios, mas era um ratio abaixo de 2018.-----

----- A certificação legal de contas tinha uma opinião com reservas e era na base de não ter havido um levantamento do imobilizado após a união das três Freguesias. Lembrava-se de ter sido dito que não havia a possibilidade de fazer um inventário porque não havia um inventário como devia ser na ex Freguesia de São Jorge de Arroios, que isso tinha causado a impossibilidade.-----

----- Quanto à execução orçamental de 2019, havia um saldo de gerência de 2.815.000 euros, que era elevadíssimo e justificava a baixa execução das despesas em 67,49%. Em 2018 foi de 78,82% e já dizia que era uma baixa execução, em 2017 foi de 86,78%. A execução orçamental tinha decrescido e não se compreendia. Nesse grau de execução baixa destacavam-se as despesas de capital, que foi de 24%.-----

----- No PPI destacava-se a secção de higiene urbana com 26%, a secção de espaço público com 5%, secção de licenciamento com 30% e secção de desporto com 34%. Essas eram algumas com menor execução.-----

----- Na execução orçamental por funções, nas funções sociais o nível de execução foi de 23%.-----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (IND)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa, perguntou se queria tomar posição quanto ao decurso dos trabalhos. Era meia-

noite e um minuto, por motivos profissionais teria julgamentos às nove e meia da manhã e não tinha disponibilidade para continuar depois da meia-noite. Portanto, agradecia que a Mesa tomasse posição quanto à continuação dos trabalhos.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que se a maioria dos Membros estivesse de acordo continuariam com a ordem de trabalhos. Já tinham discutido o ponto mais complicado, o ponto 5, e parecia-lhe que rapidamente conseguiam discutir todos os outros pontos.-----

----- (diálogos cruzados)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** verificou que a maioria dos Membros era a favor da continuação da reunião, pelo que iriam continuar.-----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (IND)** disse que se iria ausentar da Assembleia. Por questões profissionais não podia continuar.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** perguntou se não queria esperar pela votação do ponto que estavam a discutir.-----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (IND)** agradeceu mas disse que não.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Prestação de Contas de 2019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, BE, e IND. Frederico Sapage Pereira) e 6 votos contra (PSD, PCP e PAN).-----

----- **Ponto 6 – Apreciação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais de 2019;**-----

----- (Não houve intervenções)-----

----- **Ponto 7 – Análise, discussão, deliberação e/ou ratificação da 1ª Revisão Orçamental de 2020;**-----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes**, disse que era uma apreciação pela Assembleia daquilo que o Executivo já aprovou. Tinha a ver com a integração do saldo de gerência, que foi reforçado o orçamento inicial para salários, para os CDC de obras e para a higiene urbana.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que era referido já ter havido a integração do saldo de gerência no período que antecedeu a Assembleia. Aparentemente a integração do saldo de gerência aparecia como sendo para ratificação, mas consultado o site da Freguesia não se encontrava ata nem ata em minuta de aprovação da integração desse saldo. Junto à revisão orçamental também não aparecia nenhuma deliberação do Executivo de integração do saldo.-----

----- O que perguntava ao Executivo era se efetivamente houve deliberação e, se houve, qual o número da proposta e se existia ata aprovada, nomeadamente em minuta, dessa integração do saldo de gerência. Se existisse devia ser facultado o documento, para poderem participar na votação da ratificação. Se não existisse estavam perante uma situação de aprovação de integração do saldo.-----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho**, esclareceu que o Executivo aprovou em reunião no dia 28 de maio, onde estavam todos os elementos. Era a proposta 67/AG/2020, mapa de fluxo de caixa relativo ao ano de 2019 e primeira revisão orçamental. Tinha a ata na sua mão e podia ser consultada pelos Membros da Assembleia de Freguesia se assim o desejassem.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** perguntou, se queriam ratificar essa deliberação, qual o motivo de não ter acompanhado a revisão orçamental submetida à Assembleia. Tinha que haver alguma coisa para ratificar e os documentos disponibilizados não tinham essa deliberação, nem havia indicação de que a mesma estivesse aprovada pelo Executivo, nomeadamente com a ata em minuta.-----

----- Havia uma carência de informação no site daquilo que se passou nos últimos meses do exercício e funcionamento da Junta de Freguesia e isso fazia com que chegassem à Assembleia sem terem os documentos sobre os quais se iriam pronunciar. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que isso ia na sequência daquilo que foi dito, o site não estava atualizado, não tinha a informação e também não a receberam. ---

----- Havia a integração do saldo de gerência de 2.800.00 euros e uma redução de receita de 365.000 euros e que tinha a ver com cálculos. Naturalmente que deviam ter alguns dados da redução de receita devido à situação pandémica. A integração seria de 2.450.000 euros distribuídos de um modo que não sabia se seria o melhor. -----

----- Para o orçamento participativo havia uma verba de 111.000 euros e gostaria de saber quais os projetos e montantes, uma vez que os únicos projetos ainda existentes referiam-se a 2017 e o orçamento participativo ficaria com um montante de 171.000 euros. -----

----- Na divisão da DAF havia uma verba de encargos de cobrança de receitas em 29.000 euros. Gostaria de saber o significado desse valor. -----

----- Para a economia local e mercados verificava-se uma redução no pessoal avençado de 20.000 euros mas não se via qualquer aumento de pessoal do quadro. -----

----- No espaço público o pessoal aumentava 27.000 mas reduzia 47.000. Desses, havia 15.000 euros de redução na secção de licenciamento. Perguntou qual era a razão, se deixaram de existir funcionários no licenciamento que não eram necessários. -----

----- Na DIS havia um acréscimo para as obras da piscina mas noutra local falava-se em piscina e elevador. Um aumento de 500.000 euros, totalizando 924.000 euros. A questão era se iriam ser ou não realizadas essas obras. Segundo ouvira tinha sido posto a concurso, no elevador não parecia que houvesse concurso e estavam nos finais de junho. Iria entrar o julho e como sabiam, com pandemia ou sem pandemia, haveria um período de férias em agosto. -----

----- Na DAF havia um acréscimo nas rubricas de água, gás e eletricidade, limpeza comunicações e conservação num total de cerca de 160.000 euros. Isso levava a concluir que no Orçamento de dezembro estavam sub-orçamentadas essas rubricas e eram daquelas que seriam razoavelmente orçamentadas. Não se percebia a razão de haver um incremento para esse tipo de custos num valor de 160.000 euros. -----

----- No mapa do PPI verificava-se uma redução para o envelhecimento ativo e para a cultura. -----

----- Nas despesas de capital haveria um acréscimo de 1.200.000 euros, cerca de 50% do valor integrado, sendo 500.000 para a piscina, mais 750.000 para viadutos e passeios, etc. -----

----- Despesas com pessoal eram cerca de 700.000 euros. -----

----- Havia rubricas que foram mal orçamentadas em dezembro e não se percebia a distribuição feita com a revisão orçamental. -----

----- **Membro Ana Filipe (BE)** disse que tinha ficado um pouco confusa com a questão da documentação que não foi distribuída com a proposta. Perguntou em que termos ficariam relativamente à votação desse ponto. -----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho,** referiu que não era correto dizer-se que a documentação não foi distribuída. Tinha sido distribuída, era a proposta número 2/2020 sobre a prestação de contas de 2019. Aliás, no início da proposta referia-se que o documento foi apreciado pelo Executivo no dia 28 de maio. -----

----- O que lhe parecia ter referido o Membro José Cal Gonçalves era se a proposta foi discutida em reunião de Executivo. Acabara de mencionar que sim, que foi discutida no dia 28 de maio em sessão extraordinária e que essa foi uma das propostas apresentadas

pelo Doutor André Gomes e votada favoravelmente. Estava na ata em minuta que tinha na sua mão.-----

----- A documentação relativa à proposta foi distribuída. Provavelmente estariam a referir à questão da ata onde estava a decisão do Executivo de aprovar o documento, mas foi discutido e aprovado. No dia seguinte sem falta assumia o compromisso de ter no site a ata em minuta assinada pela Senhora Presidente e por si enquanto Secretário.--

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que, contrariamente ao que estava a ser afirmado, de facto havia falta de documentação.-----

----- O que era apresentado para o ponto 7 era a proposta 3/2019. Aquilo que teria sido aprovado pelo Executivo era a proposta 67/G/2020. Em nenhum momento da proposta 3/2019 se fazia referência à proposta submetida à apreciação. Algo que foi deliberado iria à Assembleia para ratificação, mas não estava referido isso e portanto havia falta de documentação.-----

----- Se pudessem ler o que constava na proposta e que estivesse disponível no dia seguinte, por si não levantaria qualquer dúvida quanto à fidelidade daquilo que lhe estava a ser transmitido. Onde levantava a questão era na documentação que foi colocada à disposição, que não tinha os elementos todos.-----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho,** disse que a proposta que estavam a falar era a número 4/2020, que foi distribuída por todos os Membros da Assembleia de Freguesia. Essa proposta era relativa à primeira revisão orçamental de 2020 e no seu início referia-se que o documento foi apreciado na reunião de Executivo de 28 de maio, cuja ata em minuta estava na sua mão...-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** perguntou se a proposta era a número 4 ou a número 3.-----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho,** explicou que estavam a falar da proposta número 4 porque houve uma renumeração quando as duas Assembleias foram desdobradas. A proposta número 4 era a que se referia à primeira revisão orçamental. Passava a ler a ata em minuta:-----

----- *“Ao vigésimo oitavo dia do mês de maio de 2020, pelas quinze horas, reuniu o Executivo da Junta de Freguesia de Arroios em sessão extraordinária, nas instalações da sede sitas no Largo do Intendente Pina Manique, com a presença dos seguintes Membros: Margarida Carmen Nazaré Martins – Presidente, Vitor Manuel da Cruz Carvalho – Secretário, André Gomes – Tesoureiro, António José Serzedelo da Silva Marques – Vogal, Maria Adélia Pinto Caixinha – Vogal, José Eduardo Vera de Matos – Vogal, Joaquim Maria Prada – Vogal, nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, foram deliberadas em reunião de Junta as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:-----*

----- *Proposta nº 66/AG/2020 – Relatório de Gestão e Prestação de Contas relativas ao exercício de 2019 – A proposta foi aprovada por unanimidade;-----*

----- *Proposta nº 67/AG/2020 – Mapa de Fluxos de Caixa relativo ao ano de 2019 e 1ª Revisão Orçamental – A proposta foi aprovada por unanimidade;-----*

----- *Proposta nº 68/MM/2020 – Aprovar e submeter à Assembleia de Freguesia a celebração da Adenda ao Contrato de Delegação de Competências nº 5-UCT-DRJF-2019 entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Arroios, bem como a aprovação da respetiva minuta – A proposta foi aprovada por unanimidade.-----*

----- *Nos termos do número 3 do artigo 57º da supracitada Lei número 75/2013, de 12 de setembro, eu, Vitor Manuel da Cruz Carvalho, Secretário do Executivo da Junta de Freguesia de Arroios, lavrei a presente ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade.”-----*

----- A ata em minuta estava assinada pela Senhora Presidente Margarida Martins.-----  
----- O documento da proposta de revisão orçamental foi discutido, bem como outros pontos que ainda iriam discutir e que também foram submetidos a reunião de Executivo, aprovados por unanimidade.-----  
----- Esperava que com a leitura da ata em minuta ficasse de uma vez por todas esclarecida essa questão.-----  
----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que com o esclarecimento prestado pelo Senhor Secretário do Executivo, o que agradecia, adensaram-se as dúvidas.-----  
----- O que tinha na sua posse, a proposta número 3 ou com renumeração para número 4, continha um conjunto de alíneas, da a) até à h). Só queria saber qual era alínea onde se referia a proposta que pretendiam ratificar.-----  
----- Podia ter lido mal e não ter compreendido o documento, ou o documento que tinha estava truncado. Se conseguissem dizer qual a alínea que fazia referência à proposta que diziam estar em ata, aprovada pelo Executivo, nessa altura teria uma coisa para ratificar. Se não tivesse nenhuma indicação sobre isso não tinha nada para ratificar, tinha para deliberar. Era essa a questão de fundo.-----  
----- A diferença entre aprovar e ratificar era precisamente essa, para aprovar era-lhe apresentada uma revisão orçamental, para ratificar tinha que ter uma deliberação que não foi distribuída. Não era a mesma coisa.-----  
----- **Membro Ana Filipe (BE)** disse que a proposta que tinha, a número 4, mencionava a ratificação na parte deliberativa onde se dizia “procede à apreciação e ratificação da primeira revisão orçamental para 2020”.-----  
----- Não era jurista e podia estar a cometer algum lapso, mas se percebia aquilo que o Membro José Cal Gonçalves estava a dizer, não seria suficiente ratificar a revisão orçamental. Perguntou se deveria ter nos considerandos especificamente essa deliberação por parte da Junta de Freguesia.-----  
----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que era exatamente isso. Tinha duas coisas distintas, uma revisão orçamental para aprovar ou uma deliberação do Executivo que já aprovou e iria ratificar. Para ratificar tinha que estar na posse da proposta aprovada, tinha ouvido que foi aprovada.-----  
----- O documento que lhe era apresentado só na parte deliberativa, como referido pela Membro do BE, dizia que “A Assembleia de Freguesia de Arroios proceda à apreciação e ratificação da primeira revisão orçamental”. Para ratificar tinha que haver uma deliberação. Olhava para as alíneas todas e dizia “pode deliberar”, mas não tinha a dizer que foi deliberado e também não tinha a deliberação.-----  
----- O documento estava mal instruído, mas ainda que mal instruído, se tivesse ido a proposta a ratificar conseguia-se perceber e nessa altura considerava-se estar o documento em anexo e ratificava-se, mas o facto era que o documento não estava lá.--  
----- Se pudessem ler a proposta que estava na ata e estando disponível no dia seguinte, com essas informações por si ultrapassava a questão com a indicação de que seriam agregadas à proposta. Isso para se saber o que estavam a ratificar.-----  
----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho**, explicou que a proposta número 4 era para ser ratificada na totalidade. De qualquer forma, se havia algum documento que os Membros da Assembleia de Freguesia entendessem não estar, que dissessem quais eram os documentos e seriam de imediato enviados.-----  
----- A proposta era para ser ratificada na sua totalidade e não uma alínea em específico.  
----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que lhe chegava a proposta número 4. Dirigida pelo Executivo à Assembleia. Essa proposta pretendia que a Assembleia ratificasse a deliberação tomada pelo Executivo. Tudo bem, era possível com o SNC-

AP ser feita a integração do saldo de gerência antes da aprovação das contas do exercício, no passado não era possível. -----

----- Se houvesse essa deliberação, e por isso estava a convidar que fosse lida, além da ata onde se dizia estar a deliberação ser lida a deliberação em concreto, a tal 67/AG segundo percebera. Aí teria uma indicação dizendo que “O Executivo delibera aprovar o saldo de gerência e a primeira revisão orçamental”. Ratificavam essa deliberação, mas não estava nos documentos distribuídos. -----

----- Nos documentos distribuídos estava apenas “a proposta e os anexos a essa proposta”. Não estava a proposta em concreto. Não podia ratificar uma coisa de que não tinha conhecimento e o que tinha conhecimento era que a revisão orçamental, os mapas de fluxo de caixa, inclusivamente o PPI, tudo lá estava, mas não tinha a deliberação tomada pelo Executivo que devia ter ido para haver uma ratificação, ou então seria uma deliberação. -----

----- Era elementar, só ratificava uma coisa que já foi aprovada por alguém. Ali não havia uma deliberação. -----

----- **A Senhora Técnica Oficial de Contas** disse que aquilo que estavam a fazer era a ratificação de acordo com a Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, no artigo 3º a). Face ao facto da existência do Covid permitia que o Executivo aprovasse as Contas através dos fluxos de Caixa e depois as mesmas fossem apresentadas à Assembleia de Freguesia para serem ratificadas. -----

----- Na proposta número 4 apareciam os vários pontos a justificar o que levava à aprovação da primeira revisão orçamental e a incorporação do respetivo saldo de gerência. Todos os anexos estavam juntos, assim como a justificação à análise dos fluxos de caixa. -----

----- A Assembleia só tinha que proceder à apreciação. Aliás, nem precisava apreciar, bastava apenas ratificar a primeira revisão de acordo com a Lei 1-A/2020. Não através do SNC-AP, porque isso teria que ser por norma logo em janeiro, na primeira reunião do Executivo, onde poderiam incorporar o saldo de gerência. -----

----- Estavam a ir pela exceção que a Lei de 2020 contemplava. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que talvez não se estivesse a perceber o que o Membro José Cal Gonçalves tentava demonstrar. Ele tinha visto os documentos, estava explicada a exceção para ser ratificada e não deliberada a primeira revisão, mas aquilo que queria era um documento onde o Executivo em reunião deliberou aquela integração no Orçamento. -----

----- Todos estavam a falar o mesmo. O Executivo teve em conta essa Lei de exceção, aprovou e deliberou a primeira revisão orçamental, o que lhe foi permitido, e ia à Assembleia para ratificar. O que o Membro José Cal Gonçalves queria era essa deliberação que devia estar em ata, que fosse fornecida para terem a documentação. -----

----- Acreditavam que foi feita e nem iria falar nisso mas o Membro José Cal Gonçalves era jurista e mais conciso na legalidade. Na verdade não tinham documentação dessa aprovação pelo Executivo. Era tão simples como isso. -----

----- **Membro António Valente (PAN)** disse que, segundo percebera, o documento em falta era a ata da reunião onde houve essa deliberação. -----

----- **Membro Ana Filipe (BE)** referiu que essa ata já o Senhor Secretário do Executivo tinha lido, a questão era que a ata mencionava uma deliberação, uma proposta que teria ido à reunião de Executivo. Era essa deliberação que o Membro José Cal Gonçalves dizia deverem ter conhecimento para ratificar. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que o que foi dito pela Membro Fernanda Lacerda era exatamente o que estava a dizer mas dava uma pequena achega para se fazer entender. -----



----- Aquilo que a TOC tinha dito estava perfeitamente correto... -----  
----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho**, disse que já tinham percebido a situação e enviado para todos os Membros da Assembleia de Freguesia a proposta mencionada pela ata em minuta. -----  
----- **O Primeiro Secretário da Assembleia, Pedro Louro**, disse que reiterava aquilo que foi dito pelo Membro José Cal Gonçalves, que para ratificar era preciso haver uma deliberação, um ato ao qual iriam dar a concordância. Era preciso saber se da ata constava a aprovação dessa deliberação, da primeira revisão orçamental. Se constasse parecia estar resolvida a questão do Membro José Cal Gonçalves. -----  
----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** referiu que da ata constava uma proposta, se tivesse no seu dispositivo deliberativo que foi aprovado integrar o saldo de gerência teriam uma deliberação para ratificar. Tinha pedido para lerem a parte dispositiva dessa proposta 64/AG porque com isso ultrapassavam, depois juntavam no documento. -----  
----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho**, leu a proposta 67/AG/2020. -----  
----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** agradeceu a amabilidade da leitura da proposta. -----  
----- De acordo com aquilo que estava a ser solicitado, o que iriam deliberar era a ratificação dessa proposta e que não tinha sido disponibilizada. Iriam fazer a ratificação dessa deliberação, porque a ratificação pressupunha uma deliberação prévia de alguém e o que foi enviado não era esse documento, nem sequer a menção a ele. -----  
----- O que solicitava era que depois fosse incorporado cópia do que se acabara de ler juntamente com a ata em minuta ao documento 4, para que pudessem ratificar a deliberação. Com isso estava sanada a situação. -----  
----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho**, confirmou que a proposta tinha já seguido por e-mail para todos os Membros da Assembleia. -----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Ratificação da 1ª Revisão Orçamental de 2020**, com base na Proposta 67/AG/2020, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS e BE) e 6 abstenções (PSD, PCP e PAN). -----  
----- **Ponto 8 – Análise, discussão e deliberação sobre a proposta de criação da Comissão de Representantes das forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia de Arroios (Lisboa):**-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que a ideia dessa comissão tinha surgido da reunião havida com os representantes das forças políticas e o Executivo e foi unânime que seria necessária essa comissão, apresentada e proposta pelo Primeiro Secretário da Mesa, Pedro Louro. -----  
----- Seguidamente, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **criação da Comissão de Representantes das forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia de Arroios (Lisboa)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----  
----- Leu a Ata em Minuta relativa à presente reunião. -----  
----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** observou que no ponto 7 era apenas ratificação. -----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Ata em Minuta relativa à presente reunião**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----  
----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** congratulou-se com o decorrer da Assembleia por essa via diferente e que não estavam habituados. -----  
----- Agradeceu a todos os colaboradores da informática e a todos os trabalhadores pelo empenho, fazendo com que tivesse corrido realmente muito bem. -----

----- (Toda a Assembleia subscreveu essas palavras)-----  
----- Esgotada que estava a ordem de trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia deu  
por encerrada a sessão, era uma hora do dia vinte e seis de junho de 2020. -----  
----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada  
pelos membros da Mesa presentes.

1°.SECRETÁRIO Pedro Dias Taro 2°.SECRETÁRIO André Pereira  
----- PRESIDENTE-----

M S L H U T